



CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

**Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de
acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Na ISA CTEEP, trabalhamos todos os dias para criar conexões que inspiram – e a maior conexão que temos é com a Vida! Com uma equipe de mais de 1,6 mil colaboradores, atuamos em 18 Estados, operando uma rede de transmissão por onde trafega 28% de toda a energia elétrica transmitida no Brasil e 96% no estado de São Paulo.

A segurança é um valor inegociável em tudo o que planejamos e realizamos no setor elétrico brasileiro. Nas construções de novos projetos e na operação das nossas linhas de transmissão e subestações, a prevenção a acidentes, o cuidado com as pessoas e a mitigação dos riscos, são fatores determinantes para orientar qualquer tomada de decisão. Essa é uma convicção das nossas lideranças, dos colaboradores e dos parceiros de negócio, que seguirá sendo reforçada e fortalecida em 2024 e nos próximos anos.

Outra certeza que compartilhamos é que a energia elétrica impulsiona a vida. Nossos ativos são essenciais para suprir as cidades e o campo como um insumo fundamental para potencializar o desenvolvimento, o trabalho, a educação e o bem-estar. Nossa Companhia, portanto, tem a responsabilidade de estruturar e manter um modelo de negócio próspero e com longevidade, capaz de atender as necessidades da sociedade atual e das gerações futuras.

Com o objetivo de gerar valor sustentável e promover impactos socioambientais positivos em longo prazo, estamos acelerando a estratégia de crescimento da ISA CTEEP. Entre 2013 e 2023, nosso portfólio passou de 15 para 35 concessões e o total de linhas de transmissão que gerenciamos mais que dobrou. Os ativos conquistados em leilões de transmissão já respondem por mais da metade da receita operacional anual, que totalizou R\$ 2,9 bilhões no último ano.

Outra parte relevante da receita da nossa Companhia está atrelada ao contrato renovado 059/2001, que compreende linhas de transmissão e subestações no estado de São Paulo. Nessa frente, nosso compromisso é com confiabilidade e robustez desta rede importantíssima para o Sistema Interligado Nacional (SIN) e ele se materializa com a excelência na execução de investimentos em reforços e melhorias que modernizam e atualizam equipamentos antigos ou aumentam a capacidade em alguns casos.

Até o final de 2028, investiremos aproximadamente R\$ 5 bilhões em cerca de 250 projetos de reforços e melhorias no contrato 059. Apenas em 2023, destinamos R\$ 1,2 bilhão, o maior aporte da nossa história nessa frente. No último ano, substituímos um total de 1,9 mil equipamentos, como transformadores, disjuntores, sistemas de proteção e linhas de transmissão. Esses investimentos, fundamentais para aumentar a segurança e a confiabilidade do setor de transmissão, são uma alavanca de crescimento orgânico para a nossa Companhia, fortalecendo a Receita Anual Permitida (RAP) nos ciclos de revisão tarifária que reconhecem a modernização dos ativos.

Encerramos o ano de 2023 com três novas concessões arrematadas em leilões da ANEEL: Lote 1 (Projeto Serra Dourada), Lote 7 (Projeto Itatiaia) e Lote 9 (Projeto Água Vermelha). Com o investimento total previsto de R\$ 5,6 bilhões nesses empreendimentos, realizaremos cerca de 25% do CAPEX previsto pela Aneel no certame, construindo 2.160 quilômetros em novas linhas de transmissão e quatro subestações, além de executar a expansão de outra existente.

Além do crescimento do portfólio novas concessões, concluímos a entrada em operação integral do Projeto Itaúnas e iniciamos a energização do projeto Triângulo Mineiro, projetos importantes para a população da região Sudeste. Outros 7 projetos estavam em andamento, com obras em execução.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A solidez financeira da ISA CTEEP é um pilar para a materialização de todos os projetos e evoluções planejados. No fechamento do período, considerando contabilidade IFRS, nossa Companhia alcançou uma receita operacional líquida de R\$ 6.215,5 milhões, um resultado 14% maior que em 2022, um EBITDA total de R\$ 3.967,5 milhões, crescimento de 12,8% – na contabilidade regulatória e um lucro líquido regulatório total de R\$ 1.942,3 milhões, crescimento de 107,3%.

Nossas ações preferenciais também apresentaram resultados positivos ao longo de 2023. Além de passar a compor, pela primeira vez, o ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, voltaram a compor o IBRX 100, indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro e o ICO2, índice composto por ações do IBRX 100 que reportam de forma transparente suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). Nossas ações se valorizaram 15% em 2023, período no qual seu volume médio diário de negociação acumulado em 12 meses cresceu 44%, credenciando sua volta ao IBOVESPA, principal índice da B3, 10 anos após sua última participação.

Estar conectados com a vida também significa direcionar a ISA CTEEP para ser protagonista em um mundo com menos emissões de gases de efeito estufa. O combate às mudanças climáticas é uma agenda de toda a sociedade e passa pela transição para uma matriz energética renovável. O setor de transmissão desempenha um papel crucial nessa jornada, conectando novos parques eólicos, usinas fotovoltaicas e hidroelétricas aos grandes centros consumidores de carga, em especial nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Com esse olhar para o futuro sustentável, somos uma Companhia provedora de soluções para a transição energética. Atuamos como agentes de inovação para agregar novas tecnologias e novas formas de negócio ao sistema elétrico, trazendo mais eficiência, resiliência e confiabilidade. Sem transmissão, não há transição.

Foi assim que estruturamos o inédito projeto de armazenamento de energia com baterias em uma subestação no litoral de São Paulo, evitando a utilização de geradores a diesel para suprir a sazonalidade da demanda de energia. Também fortalecemos o nosso pioneirismo e instalamos a primeira subestação 4.0 do Brasil na Subestação Jaguariúna, ativo já existente e localizado no interior de São Paulo. A iniciativa visa atender às novas demandas do setor elétrico para melhorar a integração das fontes renováveis, aumentar a resiliência da rede e acelerar a transição energética por meio de um sistema de gestão de ativos totalmente digital.

No setor, somos pioneiros em estabelecer metas de redução de emissões atreladas ao gás SF₆, utilizado como isolante elétrico em equipamentos de alta tensão. Ainda que não exista uma regulamentação específica para esse tema, temos investido em sistemas de monitoramento e em soluções (como câmeras digitais e dispositivos de contenção) para prevenir e corrigir vazamentos o mais rapidamente possível.

Em outra vertente, o programa Conexão Jaguar contribuiu, em 2023, para a primeira certificação de créditos de carbono no Pantanal. Realizado em parceria com o Instituto do Homem Pantaneiro (IHP) e em conjunto com o nosso acionista controlador, a ISA, o projeto está classificado na categoria REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

Somos uma Companhia B2S (Business to Society). Isso faz com que as pessoas estejam no centro da nossa estratégia, voltada para criar impactos ambientais positivos, contribuir com o desenvolvimento social e garantir uma conduta empresarial ética, responsável e transparente.

Assim, junto com o crescimento dos negócios e a excelência operacional que geram valor e garantem a longevidade corporativa, investimos no desenvolvimento dos nossos colaboradores, na promoção da diversidade e da inclusão (com o programa Outros Olhares) e no desenvolvimento de programas sociais (com o Conexão Desenvolvimento). Os resultados conquistados nessas frentes evidenciam nossa capacidade de planejar e de executar projetos relevantes para além da infraestrutura elétrica.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Seguiremos adiante nessa jornada com a confiança de acionistas, debenturistas, órgãos reguladores e de toda a sociedade – e com a certeza de que estamos solidificando os pilares de uma ISA CTEEP cada vez mais longa, inovadora e sustentável.

Rui Chammas
Diretor-presidente

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

PERFIL DA COMPANHIA

A ISA CTEEP possui posição de liderança no segmento de transmissão de energia nacional. Por meio de suas atividades e de suas controladas e controladas em conjunto, a Companhia atua como uma gestora de concessões para prover soluções que impulsionem a transição energética, transmitindo energia renovável para todas as regiões do país e está presente em 18 estados do País (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins). A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

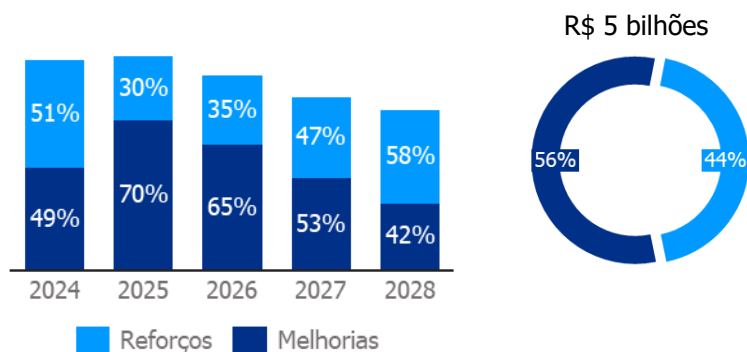
Em 31 de dezembro de 2023, sua infraestrutura contemplava aproximadamente 23 mil quilômetros de redes de linhas de transmissão com 32 mil quilômetros de circuitos, 137 subestações próprias com tensão de até 550 kv (ativos em operação e em construção) e 85 mil MVA (megavolt-ampères) de capacidade de transformação que formam uma complexa rede de transmissão pela qual trafegam 28% de toda a energia elétrica transmitida no país e 96% da energia transmitida no estado de São Paulo.

Para operar com eficiência seu complexo sistema de transmissão e sua carteira de concessões geridas a ISA CTEEP conta com uma equipe de mais de 1.600 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Buscando garantir a longevidade corporativa e maximizar a geração de valor para seus acionistas, em 2023, a Companhia ampliou seu nosso portfólio ao arrematar três novos lotes no Leilão 01/2023 – Projetos Itatiaia, Água Vermelha e Serra Dourada, que adicionarão cerca de R\$ 510 milhões de RAP e têm um CAPEX Aneel previsto de R\$ 5,6 bilhões.

Além de garantir o crescimento futuro, a ISA CTEEP energizou mais 2 novos projetos (greenfield) ao longo de 2023, Itaúnas e Triângulo Mineiro (energizado parcialmente) somando o total de 12 projetos energizados desde 2019. Outra frente de crescimento são os projetos em projetos de reforços e melhorias no Contrato 059/2001, concessão na qual a RAP cresce organicamente a partir dos investimentos que realizados. A modernização e a substituição de equipamentos, assim como projetos para aumento da capacidade de transmissão, são essenciais para garantir a confiabilidade e a segurança em um sistema vital para o sistema elétrico brasileiro. Após investir R\$ 1,2 bilhão em projetos de reforços e melhorias em 2023, a Companhia pôde reequilibrar seu plano de investimentos neste tipo de projetos que conta com aproximadamente R\$ 5,0 bilhões de investimentos já aprovados pelo regulador a serem realizados nos próximos 5 anos.

Investimento Autorizado para Reforços e Melhorias



CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ESTRUTURA ACIONÁRIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatina com sede na Colômbia que atua nos segmentos de transmissão de energia, rodovias e telecomunicações. A ISA é uma companhia mista de capital aberto que possui ações listadas na bolsa de valores da Colômbia e ADRs (American Depositary Receipts) negociados na bolsa de Nova York (EUA). Seu acionista majoritário é a Ecopetrol S.A., sociedade de economia mista, com a participação do governo colombiano e ações listadas na bolsa da Colômbia e dos Estados Unidos.

A ISA CTEEP possui práticas de governança alinhadas às melhores práticas de mercado e que atendem os requisitos do Nível 1 de Governança Corporativa da bolsa de valores brasileira B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), segmento de listagem no qual as ações ordinárias (TRPL3) e preferenciais (TRPL4) da Companhia estão listadas desde 2002. Cabe destacar que mais de 64% do total das ações da Companhia está em circulação (free float).

Acionistas	TRPL3 (ON)		TRPL4 (PN)		Total (ON+PN)	
	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%
ISA Capital do Brasil S.A	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Ações em Circulação (Free Float)	27.080.900	10,50%	395.801.044	98,72%	422.881.944	64,18%
Eletrobrás	25.106.829	9,73%	210.399.836	52,48%	235.506.665	35,74%
Outros	1.974.071	0,77%	185.401.208	46,24%	187.375.279	28,44%
Total	257.937.732	100,00%	400.945.572	100,00%	658.883.304	100,00%

Data base: 31/12/2023

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo Conselho de Administração, assessorado por 3 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria e Riscos, Comitê de Talento Organizacional e Comitê Ambiental, Governança Corporativa, Sustentabilidade, Tecnologia e Inovação (ASGTI)), pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração da ISA CTEEP possui mandato anual e, atualmente, é composto por 8 membros, dos quais 2 são independentes e 1 é representante dos colaboradores da Companhia. Compete ao Conselho de Administração orientar a condução geral dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido por meio do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados. Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração tomar conhecimento e acompanhar eventuais fragilidades de controles, processos, ética e conduta, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria da Companhia para saná-los.

O Conselho Fiscal tem funcionamento permanente e é composto por 5 membros efetivos e 5 suplentes com mandato de 1 ano.

A Diretoria Executiva é formada pelo diretor presidente e por 4 diretores estatutários, com prazo de mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos de nossas atividades na sociedade e no meio ambiente.

Anualmente o Conselho de Administração realiza uma autoavaliação: no início de cada ano é analisado o desempenho do exercício anterior. O processo engloba avaliação do desempenho individual, desempenho em grupo, frequência e relevância dos temas das reuniões, participação da Diretoria e participação da Secretaria de Governança nas reuniões. Já os Diretores Executivos são avaliados a partir de metas validadas pelo Conselho de Administração por meio do Quadro de Gestão Integral (QGI) e Iniciativas Estratégicas.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Adicionalmente, a Companhia possui políticas que norteiam a condução dos negócios de maneira responsável e alinhada ao contexto de desenvolvimento sustentável, referenciando padrões de mercado e iniciativas externas sempre que pertinente. Disponíveis publicamente no site de Relações com Investidores, esses instrumentos normativos são aprovados pelo Conselho de Administração e aplicam-se às diversas áreas da Companhia. Cada um deles prevê os parâmetros de conduta para os temas sob seu escopo e determinam os papéis e responsabilidades das equipes na implementação dessas diretrizes.

ESTRATÉGIA

Conectada ao propósito superior “Conexões que Inspiram”, a estratégia da Companhia tem como foco a geração de valor sustentável. Em linha com esse contexto, compreende três vetores e pilares estratégicos que pautam a condução de suas atividades:

- **Gerar valor ao acionista** – crescer no mercado de transmissão, por meio de participação em leilões (*greenfield*), fusões e aquisições (*brownfield*) e investimentos em reforços e melhorias dos ativos, sempre mantendo a disciplina financeira e os adequados critérios de rentabilidade e riscos.
- **Criar impactos social e ambiental positivos** – gerar valor para a sociedade e para o planeta por meio de projetos socioambientais de alto impacto e de ações para reduzir e mitigar os impactos das mudanças do clima.
- **Assegurar a longevidade corporativa** – investir em novos negócios de energia e na capacidade de inovação e empreendedorismo, garantindo a longevidade de nossas atividades. Formar equipes de alto desempenho e parceiros estratégicos, com foco na melhoria da competitividade e no desenvolvimento de capacidades.

A Estratégia 2030 é suportada por quatro pilares que orientam as ações e decisões diárias da Companhia e, também, a forma com que a ISA CTEEP se relaciona com todos os seus públicos de interesse. Juntos, esses pilares formam o acrônimo V.I.D.A.:

- **Verde:** Minimizar os impactos ambientais das operações e promover iniciativas que gerem impacto ambiental positivo;
- **Inovação:** Aproveitar as oportunidades de negócio decorrentes da evolução tecnológica e das tendências do setor elétrico;
- **Desenvolvimento:** Desenvolver capacidades organizacionais para enfrentar os desafios de longo prazo e contribuir para o desenvolvimento das comunidades e do ecossistema de empreendedorismo;
- **Articulação:** Estabelecer parcerias para o alcance dos objetivos estratégicos.

A disponibilidade de energia elétrica é essencial para a vida humana e, por isso, a ISA CTEEP trabalha orientada por uma estratégia que prioriza o crescimento da Companhia com solidez, criando impactos ambientais e sociais positivos e resultados consistentes para a garantir sua longevidade.

Dentro desse contexto, a transição para uma matriz energética limpa e com mais fontes renováveis é uma das necessidades de maior urgência para o desenvolvimento sustentável. A transformação do setor elétrico é fundamental para a redução das emissões de gases causadores de efeito estufa e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Além disso, como medida de adaptação, é necessário garantir uma infraestrutura elétrica robusta e resiliente a eventos climáticos extremos que podem se tornar mais frequentes. Com isso, a Companhia busca sempre incrementar sua competitividade para avançar na conquista de novos negócios, com inovação, consolidação de novas tecnologias e aumento contínuo da eficiência operacional.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O setor de transmissão desempenha um papel central para a transição energética. A operação e a manutenção dos ativos que integram o Sistema Interligado Nacional (SIN) são essenciais para garantir a segurança e a confiabilidade no fornecimento de energia elétrica à população brasileira. Ao mesmo tempo, é o investimento em novos projetos de transmissão, com inovação e tecnologias de menor impacto ambiental, que viabiliza a conexão dos complexos de geração de fonte renovável (eólicas, solares e hidrelétricas) aos grandes centros consumidores de carga.

Por isso, o investimento em ativos de transmissão de energia que permitam essa maior integração de fontes renováveis é fundamental para acelerar a transição energética e a competitividade do setor de energia.

A Companhia está bem-posicionada, com sua capacidade técnica e experiência, para participar dos leilões e, além de se preparar para os certames com estudos prévios, projetos, cotações e parcerias, também adota um nível de exigência elevado para respeitar os recursos que devem ser dedicados ao projeto e garantir um nível mínimo de retorno adequado para todos os lotes em quais participe do leilão.

INOVAÇÃO

A inovação é uma das alavancas para impulsionar a transição energética, e a Companhia busca desenvolver soluções de vanguarda para o setor de transmissão. Seu pioneirismo é reconhecido pela implementação de projetos consistentes, que geram eficiência, otimização de custos e benefícios ambientais.

Um dos principais projetos realizados nesse contexto é o primeiro sistema de armazenamento de energia em baterias de larga escala do Brasil. Implementada na Subestação Registro no final de 2022, a inovação realizou descargas na rede já no seu primeiro verão de funcionamento. Com 180 racks de baterias de lítio e 30 MW de potência, o sistema contribui, principalmente, para evitar falhas de fornecimento durante o período de férias de verão, quando a demanda de carga aumenta significativamente no litoral paulista.

Autorizado pela ANEEL como parte do programa de reforços e melhorias do Contrato 059/2001, o armazenamento de energia em baterias evitou a instalação de geradores a diesel para suprir a carga adicional, evitando a emissão de até mil toneladas de carbono. Além disso, a infraestrutura é flexível, podendo ser alocada em outro ponto do sistema quando o reforço na Subestação Registro não for mais necessário.

Com o mesmo foco na evolução do setor de transmissão, também liderou a implementação das subestações digital e 4.0 no Brasil, sendo que a primeira operação foi iniciada em agosto de 2023 na subestação Jaguariúna, no interior do estado de São Paulo. Com investimento de cerca de R\$ 11 milhões, a solução se apoia no conceito internet das coisas (IoT) e agrega sistema de proteção, controle, automação, monitoramento, comunicação e gerenciamento de ativos totalmente digital e centralizado, por meio de uma plataforma de computação e comunicação de alto desempenho com cabos de fibra ótica. Essas soluções reduzem a demanda por espaços físicos, a geração de resíduos e tornam a operação dos ativos mais eficiente.

Outro projeto de inovação no qual a ISA CTEEP está atuando é o ZACCX, sistema de comunicação entre manobras e operação. A plataforma já está presente em mais de 100 subestações, facilitando a interação entre operadores e técnicos de campo e agilizando a tomada de decisão. Durante esse período inicial, já permitiu 52% de redução do tempo do operador ao telefone e 41% de redução no tempo de execução de manobra.

A principal forma utilizada pela Companhia para promover inovações é o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), regulado pela ANEEL. Em 2023, o investimento da Companhia no PDI praticamente dobrou em relação ao ano anterior e atingiu R\$ 19,9 milhões, com aportes maiores no desenvolvimento de soluções para planejamento de sistemas de transmissão e para supervisão, controle e proteção dos ativos.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os colaboradores são incentivados a participar dos processos de criação e a aprender novas metodologias para aplicação de projetos inovadores em seu dia a dia. Em 2023 a ISA CTEEP criou o SINAPSE, programa que direciona a capacitação de grupos de profissionais em metodologias ágeis para que possam atuar em iniciativas integradas de inovação tecnológica, otimização de processos, transformação digital e cultura ágil. A Companhia também organiza o prêmio anual “Destaques em Inovação e Transformação Digital”, que é concedido a colaboradores cujos projetos se destacam em ações desses temas.

O Programa de Inovação Aberta é o veículo por meio do qual a ISA CTEEP promove a interação principalmente com startups na busca por soluções inovadoras para os principais desafios do seu modelo de negócio.

Em 2023, pelo segundo ano consecutivo, nossa Companhia ficou no Top 10 do Ranking 100 Open Startups – categoria Energia Elétrica e Renováveis. O ranking reconhece as empresas que mais praticam inovação aberta no país, considerando 5,3 mil organizações que realizaram parcerias com startups nos últimos 12 meses. A premiação é promovida pela 100 Open Startups, plataforma líder em inovação aberta na América Latina.

SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA (“ASG”)

Orientada pelo pilar estratégico de criar impactos social e ambiental positivos em toda a cadeia de valor, a Companhia, além de adotar em seu posicionamento corporativo, toma deliberações que consideram as contribuições do seu modelo de negócio para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU no âmbito da Agenda 2030.

A ISA CTEEP é signatária do Pacto Global desde 2011, participando das iniciativas e movimentos liderados pela Rede Brasil da iniciativa da ONU. Em 2023, realizou o mapeamento dos ODS que têm correlação prioritária com suas atividades e operações, estabelecendo compromissos corporativos para contribuir com o alcance das metas globais voltadas para o desenvolvimento sustentável.

A gestão do tema é compartilhada com todas as áreas de negócios e a evolução da estratégia de atuação é monitorada pela área de Sustentabilidade, com o acompanhamento do Comitê ASGTI e do Conselho de Administração (CA). O trabalho envolve a gestão de indicadores críticos para o negócio, relacionados aos temas da Matriz de Materialidade, e o reporte de desempenho regular para a alta administração e aos públicos externos.

Em 2023, a Companhia inseriu metas ASG no escopo da remuneração variável de todos os colaboradores, alinhando o desenvolvimento dos negócios aos objetivos de curto, médio e longo prazos.

A qualidade da gestão realizada pela Companhia sobre os aspectos ambientais, sociais, e de governança corporativa tem sido reconhecida. Em 2024 a Companhia foi selecionada para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) e do Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3) pelo segundo ano consecutivo.

A Companhia também integra o FTSE4Good, um dos mais importantes índices internacionais de sustentabilidade, da Bolsa de Valores de Londres. Composto por companhias de capital aberto comprometidas com critérios ASG, o índice analisa mais de 300 indicadores.

De forma voluntária, a ISA CTEEP divulga anualmente informações sobre a gestão de riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas. Ainda, a Companhia responde aos questionários da plataforma do Carbon Disclosure Program (CDP), iniciativa que reúne informações sobre a gestão para as mudanças climáticas de empresas e governos em todo o mundo, tendo recebido nota A- na avaliação mais recente de seu modelo de governança para o tema.

Ainda nessa frente, a ISA CTEEP adota as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol para mensurar as emissões de gases de efeito estufa e elaborar, anualmente, o inventário GEE (gases de efeito estufa). O documento fica disponível a todos os interessados no Registro Público de Emissões.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

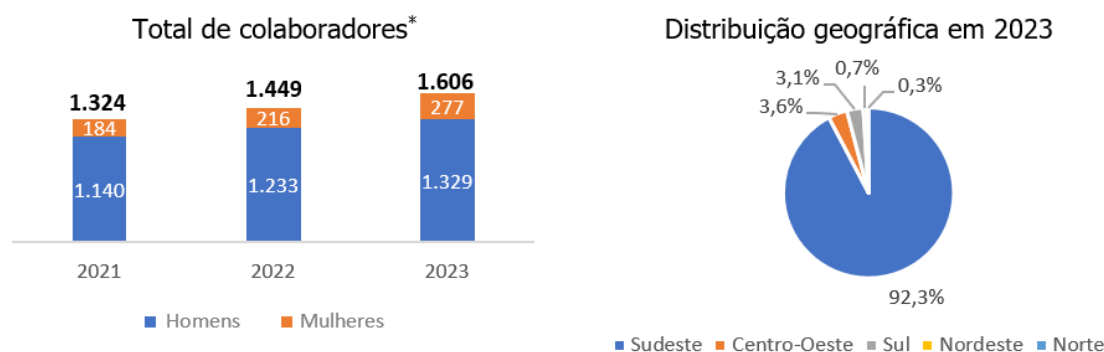
Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

PESSOAS

O sucesso da Estratégia 2030 está diretamente conectado à formação e ao desenvolvimento de equipes altamente qualificadas para o desenvolvimento de novos projetos e negócios no setor de transmissão de energia. Por isso, a ISA CTEEP pratica uma abordagem de gestão do capital humano que incentiva o alinhamento aos seus valores e princípios, o aprendizado contínuo e a cultura de valorização dos talentos profissionais.



*Não considera aprendizes, estagiários e conselheiros.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO (“SST”)

A gestão de pessoas da ISA CTEEP começa com um valor inegociável: a segurança.

Para direcionar sua forma de gestão, a Companhia definiu diretrizes claras na Política de Saúde e Segurança no Trabalho e um conjunto de procedimentos e normas para garantir a promoção de condições seguras de trabalho nas diversas atividades que executa e com essas ferramentas, fortalece a organização envolvendo toda liderança e a CIPA. Todas essas normativas, treinamentos e ações de conscientização integram o programa Conectados com a Vida, que transforma em realidade esse compromisso.

Como os maiores riscos para as pessoas estão nas atividades de campo, em 2023 a ISA CTEEP reorganizou a estrutura de gestão, integrando a Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) à Diretoria de Operações, fortalecendo a cultura de segurança principalmente na relação com terceiros e prestadores de serviços em atividades de construção e manutenção.

Com uma série de ações estruturadas e planejamento de evolução contínua, a Companhia apresentou melhora na performance em relação à segurança nas operações.

Em 2023, a taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento passou de 3,57 (resultado consolidado para colaboradores e terceiros em 2022) para o patamar de 0,68. Não houve nenhuma fatalidade e nenhum acidente com colaboradores próprios. Também não foi registrado nenhum caso de doença ocupacional envolvendo colaboradores ou terceiros.

Em julho de 2023, foi realizada a Parada de Segurança, um momento em que todos os colaboradores e terceiros interromperam completamente as suas atividades em subestações, obras e na sede corporativa. Os profissionais se reuniram com as lideranças para dialogar sobre segurança, oportunidades de melhorias, fortalecer os compromissos com a vida e tomar conhecimento das atualizações das 8 Regras de Ouro que são um conjunto de orientações, princípios e normativas que devem ser seguidos por todos os colaboradores e terceiros, em todos os projetos e atividades.

A efetividade do sistema de saúde e segurança é avaliada continuamente, por meio dos Comitês de Saúde e Segurança da Companhia com destaque para os seguintes órgãos:

Comitê Central: acompanha a gestão de saúde e segurança do trabalho (SST) e fortalecer a cultura por meio do Programa Conectados com a Vida;

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Comitê Diretoria de Operações e Comitê Diretoria de Projetos: responsáveis para acompanhar indicadores, atividades e planos de ação de SST;

Adicionalmente, para promover o tema em sua cadeia de valor, a ISA CTEEP preside o Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), fortalecendo a troca de práticas com outras empresas e o compartilhamento de desafios, tendências e inovações de mercado.

Desenvolvimento das pessoas

A ISA CTEEP possui um programa de capacitações e treinamentos que fortalecem as competências técnicas e comportamentais de todos seus 1.606 colaboradores.

Em 2023, a Companhia investiu R\$ 1,8 milhão em treinamentos e capacitações, alcançando mais de 72 mil horas de formações (média de 45 horas por colaborador). Nesse período, formou 80 profissionais como operadores de drones, o que garantiu que 100% das inspeções de linhas de transmissão fossem realizadas com o uso desse tipo de aeronave, com ganhos de eficiência e maior segurança.

Apesar da redução do tempo médio de treinamento por colaborador, ações foram adequadas para garantir o desenvolvimento e a qualificação das equipes. Anualmente, é feito um levantamento das necessidades de treinamento em conjunto com os gestores das áreas de negócio, garantindo que as estratégias de desenvolvimento estejam alinhadas às metas organizacionais e às expectativas do mercado.

Média de horas de treinamento por colaborador ¹	2023	2022	2021
Por gênero			
Homens	48,05	77,53	39,47
Mulheres	30,61	28,76	13,19
Por nível funcional			
Diretoria	27,01	21,56	8,67
Gerência	30,36	17,58	12,64
Coordenação	53,01	39,52	23,16
Especialistas	16,55	20,04	17,95
Administrativo	87,13	15,76	9,16
Operacional	35,55	89,59	43,89
Total	45,04	70,26	35,70
¹ Calculada como o total de horas de treinamento aplicadas ao longo do ano dividido pelo <i>headcount</i> no encerramento do período			

Em 2023, a Companhia começou a estruturar uma grade de treinamentos direcionada para o desenvolvimento de novas competências técnicas dos técnicos operacionais. O objetivo é garantir que os talentos identificados tenham uma visão multidisciplinar dos desafios e atividades de Operação e Manutenção (O&M). Essa iniciativa, desenvolvida a partir da identificação de oportunidades com a expansão dos negócios para outras regiões do Brasil, foi conduzida inicialmente na regional de São Paulo e será ampliada para as demais unidades da Companhia a partir de 2024.

Com a ambição de potencializar o desenvolvimento dos líderes e potenciais sucessores, um dos principais objetivos traçados pela ISA CTEEP para 2024 é a estruturação de uma plataforma integrada de capacitação e desenvolvimento das lideranças, no conceito de universidade corporativa.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Diversidade e Inclusão

A promoção da diversidade é uma alavanca para a Companhia atrair os melhores talentos do setor de transmissão para seu quadro de colaboradores. Essa visão está formalizada na Política de Diversidade e Inclusão, e direciona as iniciativas para garantir que todas as pessoas tenham equidade de acesso às oportunidades de crescimento profissional.

As iniciativas estão estruturadas dentro do Programa Outros Olhares, uma plataforma voltada para a promoção da cultura de diversidade e inclusão e para aceleração profissional de grupos sub-representados nas organizações empresariais. A governança do Programa é conduzida pelo Comitê Estratégico de Diversidade, formado por executivos e diretores, e pelos quatro Grupos de Afinidades estabelecidos – Gênero; Raça e Etnia; Pessoas com Deficiência (PCDs) e LGBTI+.

Em seus programas de estágio e trainees, a Companhia oferece vagas afirmativas para os quatro pilares de diversidade mencionados acima.

A ISA CTEEP desenvolveu, em parceria com o Senai, um curso de formação de eletricitas exclusivo para mulheres buscando aumentar a presença feminina em posições operacionais no setor de transmissão de energia e, assim, promover a diversidade com o atendimento à demanda por profissionais qualificados para a área.

O recrutamento de candidatas para as vagas oferecidas é realizado em comunidades de maior vulnerabilidade social, com o objetivo de proporcionar também um impacto econômico positivo e ampliar as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

A primeira turma de mulheres eletricitas foi formada em 2023, na Unidade Pirituba – Jorge Mahfuz do Senai. Foram oferecidas 75 bolsas para o curso, com carga de 160 horas.

Ao final de 2023, as mulheres ocupavam 17% do quadro funcional da ISA CTEEP.

Quando se trata de posições de liderança, esse grupo responde por 22% do quadro. Estratificando a posição de Diretoria Executiva (estatutária), a ISA CTEEP registra a mais elevada participação de mulheres entre as empresas do setor elétrico, com 60% das posições ocupadas por mulheres.

Ao final de 2023, pretos e pardos compunham 27% do quadro funcional da ISA CTEEP. Quando se trata de posições de liderança, esse grupo responde por 10% do quadro.

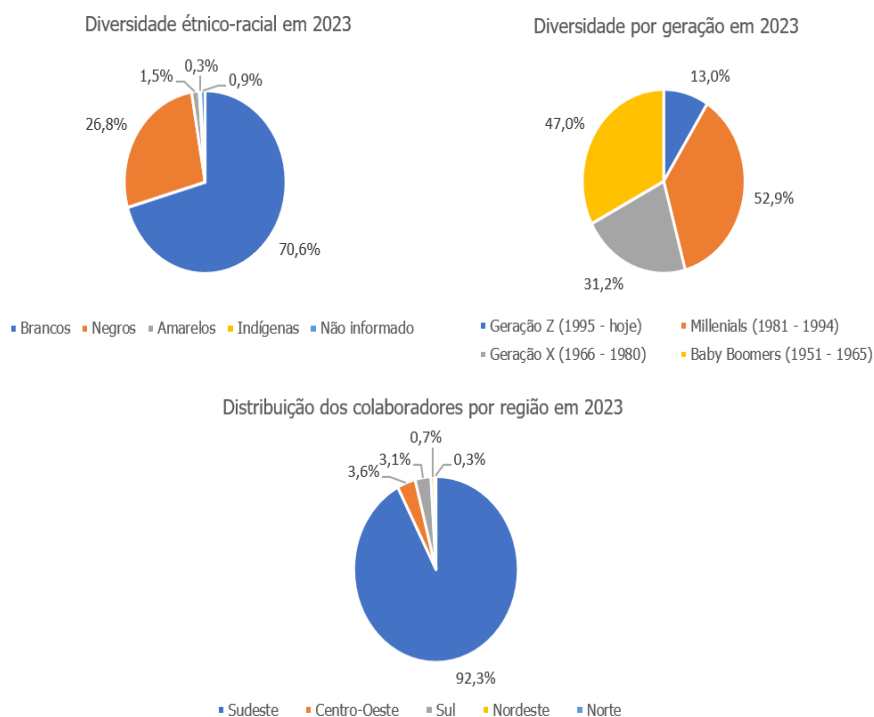
CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ao final de 2023, PCDs compunham 4% do quadro funcional da ISA CTEEP.



GESTÃO DE RISCOS

A gestão integral dos riscos corporativos é uma ferramenta que apoia o desenvolvimento dos processos de governança, com a avaliação contínua de fatores externos e internos que possam impactar negativamente a execução da Estratégia 2030. Para conduzir essa gestão, a ISA CTEEP conta com uma estrutura administrativa e uma sistemática em linha com os melhores padrões, inclusive a norma ISO 31000 e a Lei Sarbanes-Oxley (SOx).

As diretrizes dessa frente de gestão estão estabelecidas na Política de Gestão Integral de Riscos, documento que orienta a estruturação da Matriz de Riscos Corporativos, na qual os fatores de risco mapeados são classificados conforme quatro níveis de criticidade e 20 agrupadores nas categorias econômica, operacional, socioambiental e conformidade.

Essa matriz é atualizada trimestralmente, processo que permite a avaliação e a atualização contínua dos fatores que podem ter efeitos adversos sobre os objetivos estratégicos ou recursos empresariais. Assim, desde 2022, os riscos associados às mudanças climáticas foram classificados como de alto impacto para o modelo de negócio, demandando ações de mitigação e de controles internos.

Trimestralmente, a condição da gestão de riscos é apresentada ao Comitê de Análise Crítica de Riscos, formado pela alta administração da Companhia e demais responsáveis pelos riscos, em reunião na qual são apresentados e discutidos os riscos e suas ações de mitigação. A ISA CTEEP também conta com o Comitê de Continuidade de Negócios, colegiado que estabelece padrões de gestão para resposta a emergências e crises. Posteriormente, os eventos são apresentados ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração.

A Companhia ainda conta com a Diretoria de Auditoria Interna e Riscos, responsável por fornecer opiniões independentes e objetivas sobre a eficácia dos controles internos e processos de governança. A área tem reporte direto ao CEO e ao Comitê de Auditoria e Riscos.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O sistema de controles internos da Companhia foi desenvolvido com base no modelo COSO (Comitê de Organizações Patrocinadoras da Treadway) e tem sido aprimorado continuamente.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

A economia brasileira em 2023 foi marcada por uma série de fatores, dentre os quais, a retomada da confiança do investidor, reformas fiscais e a busca por maior eficiência nos gastos públicos. O governo eleito em 2022 assumiu em janeiro de 2023 e promoveu uma agenda com o objetivo de reduzir o déficit orçamentário e garantir o equilíbrio das contas públicas.

A política monetária restritiva adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) com aumento da meta da taxa básica de juros em 2021 e 2022, foi bem-sucedida e a inflação de 2023, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,62%, abaixo do teto da meta. O controle da inflação permitiu que o BACEN iniciasse o ciclo de redução da meta da taxa básica de juros, e promovesse 3 cortes o ano que, juntos, somaram 150 pontos base. Com isso, a meta da taxa básica de juros encerrou o ano em 11,75%.

A atividade econômica do país, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) encerrou o terceiro trimestre (3T23) com um crescimento de 3,1% no resultado acumulado dos últimos 12 meses e, em dezembro de 2023, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revisou sua projeção de crescimento da economia brasileira para 3,2% em 2023.

Além dos desempenhos observados na inflação e no PIB em 2023, o país ainda registrou redução da taxa de desemprego, 9,6% para 7,8%, e aumento de 3,1% no rendimento médio real no mesmo período.

As projeções do boletim Focus de 06 de fevereiro de 2024 para o IPCA e o PIB em 2024 foram 3,81% e 1,6%, respectivamente.

O Brasil, reconhecendo a importância da infraestrutura e energética para o desenvolvimento do país, tem investido cada vez mais na transição energética. Esse movimento foi priorizado e está fundamentado pelo aprimoramento da matriz com aumento da participação de fontes renováveis e, não apenas contribui para a sustentabilidade, mas também fortalece a segurança do abastecimento. Projetos de energias limpas, como solar e eólica, recebem incentivos e ganham espaço na produção nacional e ficam naturalmente concentrados na região nordeste do país e no norte do estado de Minas Gerais. O Brasil encerrou 2023 com um aumento recorde na sua capacidade de geração de energia elétrica. Ao longo do ano, a entrada em operação de novas usinas geradoras acrescentou 10,3 GW à capacidade instalada do país, de quase 200 GW.

Além do investimento em fontes renováveis de energia, a transição energética do país exige investimentos na expansão da rede de transmissão, devido às suas características geográficas e demográficas uma vez que o principal polo consumidor dessa energia está localizado no Centro-Sul do país.

Com isso, a ANEEL promoveu os maiores leilões de transmissão de energia da história do país em 2023. Foram realizados 2 certames com o total de 14 lotes e investimentos em projetos que contribuirão para a expansão e a segurança do sistema de transmissão de energia elétrica do Brasil.

Adicionalmente, em Reunião Ordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 2023, a Diretoria da ANEEL aprovou a postergação integral da Revisão Tarifária Periódica (RTP) dos contratos de concessão renovados para julho de 2024. Ficou definido que o período de corte é mantido em junho de 2023 e os efeitos retroativos derivados da postergação da RTP para o ciclo 23/24, serão considerados por meio de Parcela de Ajuste (PA).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

DESEMPENHO OPERACIONAL

A ISA CTEEP atua no segmento de transmissão de energia elétrica, por meio de suas atividades e de suas controladas e controladas em conjunto, tem presença em 18 estados do país. Em 31 de dezembro de 2023, sua infraestrutura contemplava aproximadamente 23 mil km de redes de linhas de transmissão com 30 mil km de circuitos, 137 subestações próprias com tensão de até 500 kV (ativos em operação e em construção) e 85 mil MVA de capacidade de transformação que formam uma complexa rede de transmissão pela qual trafegam 30% de toda a energia elétrica transmitida no país e 94% da energia transmitida no estado de São Paulo. O IENS - Índice de Energia Não Suprida da Companhia totalizou 0,000425%. Como referência, o IENS do Sistema Interligado Nacional registrou 0,0046%.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto detinham 35 contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, totalizando direito a uma RAP de R\$5.509.662 (CTEEP e controladas) e R\$705.257 (controladas em conjunto), base ciclo 2023/2024.

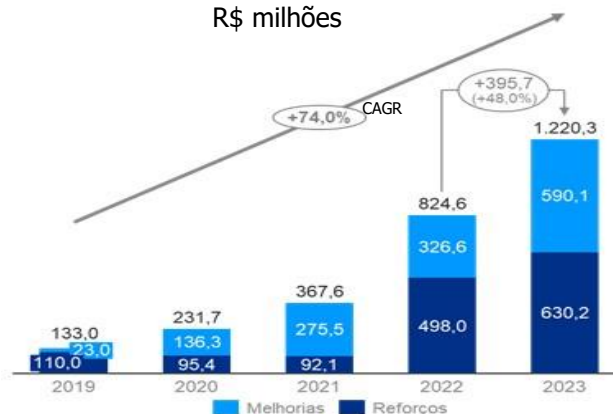
A Companhia tem como estratégia a geração de valor sustentável, suportado pela excelência operacional na gestão de ativos e de processos de operação e manutenção (O&M), com crescentes investimentos em projetos *greenfield* e investimentos em reforços e melhorias, buscando longevidade, expansão no território nacional e modernização do parque de ativos. No exercício de 2023, foram investidos R\$1.942.958, um aumento de 13,72% em relação ao mesmo período de 2022, sendo 1.089 projetos de reforços e melhorias e projetos *greenfield* das controladas com destaque para: Triângulo Mineiro (contrato 007/2020) da IEMinas Gerais, Minuano (contrato 001/2020) da Evrecy, IERiacho Grande (contrato 005/2021), IEItaúnas (contrato 018/2017), Jacarandá (contrato 011/2022) da IEJaguar 8 e empreendimento da Companhia Piraquê (contrato 008/2022).

INVESTIMENTOS E EXPANSÃO

A Companhia investiu R\$ 2.067,0 milhões, em 2023, somando reforços e melhorias e projetos *greenfield* de sua controladora, controladas 100% e controladas em conjunto, com isso, o montante investido em novos projetos, apresentou crescimento de R\$ 132,5 milhões (+7,2%) em comparação com o ano de 2022.

A ISA CTEEP seguiu sua proposta de incrementar os investimentos em projetos de Reforços e Melhorias que estão concentradas em contratos renovados, assim como o Contrato 059, e que, além renovarem do ativo e proporcionarem a redução de custos de operação e manutenção (O&M), têm seu CapEx remunerado conforme a regulação, sendo assim, o montante investido reforça o compromisso de geração de valor sustentável com projetos que contribuem para a expansão, segurança do sistema de transmissão de energia elétrica, e transição energética do Brasil, consolidando assim, o aumento de capacidade e modernização de seus ativos iniciados em 2020.

Investimentos em Reforços e Melhorias
R\$ milhões



Ao todo, a Companhia investiu R\$ 1.220,3 milhões em projetos de Reforços e Melhorias em 2023, montante 48,0% superior ao investido em 2022.

Hoje a Companhia possui cerca de R\$ 5 bilhões de investimentos em projetos já autorizados pela ANEEL e que serão realizados nos próximos 5 anos. O montante médio anual investido em Reforços e Melhorias nos últimos 4 anos foi de R\$ 661,1 milhões.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

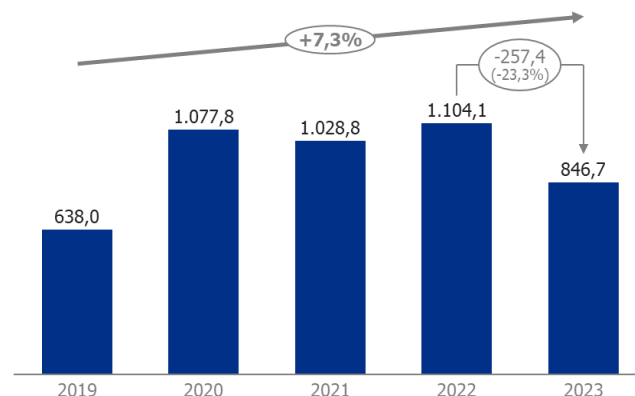
Em 2023, a Companhia investiu R\$ 846,7 milhões em empreendimentos que foram licitados em leilões de transmissão, redução de R\$ 257,4 milhões, 23,3%

abaixo do investido em 2022, devido a fase inicial de construção das novas obras.

Em 2023 a ISA CTEEP energizou os projetos de Itaúnas e Triângulo Mineiro, com uma RAP conjunta de aproximadamente R\$ 108 milhões.

Adicionalmente, a Companhia também pode crescer e expandir sua atuação por meio de aquisições (*M&A*), como foi o caso da compra da PBTE em 2021. A ISA CTEEP segue analisando oportunidades de aquisições que possam gerar valor de forma sustentável.

Investimento em projetos *Greenfield* (R\$ milhões)



RATING

A *Fitch Ratings* (Fitch) afirmou, em 25 de julho de 2023, o *Rating* Nacional de Longo Prazo ‘AAA (bra)’ da Companhia e de suas emissões de debêntures. A Perspectiva do *rating* corporativo é “estável”. Em seu relatório a Fitch elenca os principais fundamentos que embasam a nota atribuída à Companhia:

- **Baixo risco de negócios:** receitas altamente previsíveis, baseadas na disponibilidade da linha, o que as isenta de risco de demanda. O longo prazo das concessões, com apenas uma pequena concessão vencendo até 2027. A exposição, a concentração e a perda futura de receita devem ser paulatinamente reduzidas, à medida que a empresa avança na execução de seus projetos.

- **Sólida geração de caixa:** a ISA CTEEP deve manter forte geração de caixa operacional, também beneficiada pela recomposição da receita da Rede Básica Sistema Existente (“RBSE”).

- **Robustos indicadores de crédito:** A alavancagem financeira líquida consolidada ajustada da ISA CTEEP deve permanecer conservadora no horizonte do *rating*. O índice dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado deve se manter em torno de 3,2 vezes até 2024, em base regulatória. A Fitch espera pico de alavancagem líquida de 3,8 vezes em 2026, refletindo o forte ciclo de investimentos.

- **Término da RBSE é Gerenciável:** As receitas provenientes de novos ativos já assegurados pela ISA CTEEP, devem repor mais da metade da RBSE até 2028. A companhia também conta com cerca de R\$ 5 bilhões em investimentos já aprovados pelo regulador em Reforços e Melhorias, previstos até 2027, que devem incrementar a RAP em R\$ 600 a R\$ 850 milhões nos próximos anos.

- **Relação com a controladora indireta:** a ISA controla 35,8% do capital social e 89,5% do capital votante da ISA CTEEP. A subsidiária brasileira contribui com mais de 40% do EBITDA da controladora e deve ser importante veículo de crescimento para o grupo.

MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias (TRPL3) e ações preferenciais (TRPL4) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders*.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram 2023 cotadas a R\$ 35,45 e R\$ 26,50, respectivamente. Com isso, as ações se valorizaram 22,5% e 15,2%, respectivamente no ano. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 19,8 bilhões. O volume médio diário de negociação (ADTV) das ações preferenciais na B3 foi de R\$ 60,9 milhões, 41,9% acima do registrado em 2022. O número médio diário de negócios realizados com a ação preferencial cresceu 2,9% no ano para 7.950 negócios por dia.

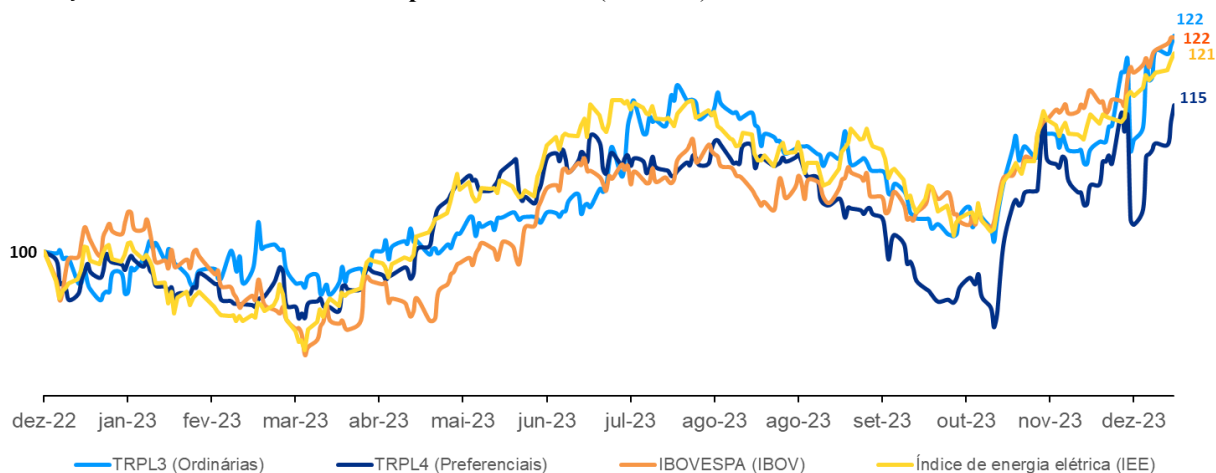
O aumento do ADTV observado ao longo do ano gerou reflexos no índice de negociabilidade da ação preferencial da ISA CTEEP, que encerrou 2023 como a 78ª ação mais negociada na bolsa de valores brasileira, com Índice de Negociabilidade Acumulado de 83,9%, resultados que capacitaram seu retorno para IBOVESPA no início de 2024. O índice Ibovespa é o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3) e reúne as empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro.

Além do retorno ao IBOVESPA, as ações preferenciais da Companhia mantiveram sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE), integrando a 19ª carteira que irá vigorar entre 02 de janeiro e 29 de dezembro de 2024 e é composto por 78 empresas de 36 setores diferentes. O objetivo do Índice de Sustentabilidade Empresarial é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial e, assim, dar suporte aos investidores em sua tomada de decisão de investimento. A permanência das ações da Companhia na carteira do ISE é resultado da estratégia de atuação focada na geração de valor sustentável passando por três pilares: (i) criar impactos social e ambiental positivos; (ii) assegurar a longevidade corporativa; e (iii) gerar valor ao acionista.

Adicionalmente, as ações da Companhia integram diversos índices como o Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT) e o Índice de Governança Corporativa (IGC), ambos responsáveis pela mensuração do desempenho médio das ações de empresas que estão listadas no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 de governança corporativa da B3. Adicionalmente, as ações preferenciais também compõem o Índice Brasil Amplo (IBRA), que mede desempenho médio das cotações de todos os ativos negociados no mercado a vista (lote-padrão) da B3 que atendam a critérios mínimos de liquidez e presença em pregão, o Índice Dividendos (IDIV) e Índice Bovespa Smart Dividendos (IBSD), o Índice de Energia Elétrica (IEE), o Índice *MidLarge Cap* (MLC) e o Índice Utilidade Pública (UTIL).

Ainda em 2023, a ISA CTEEP decidiu encerrar os programas de American Depositary Receipts (“ADRs”) – Regra 144A que possuía nos Estados Unidos sob os códigos “CTPTY” (ação ordinária) e “CTPZY” (ação preferencial), em razão do pequeno volume de ADRs transacionados.

Evolução TRPL3 x TRPL4 x Ibovespa x IEE – 2023 (base 100)



CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

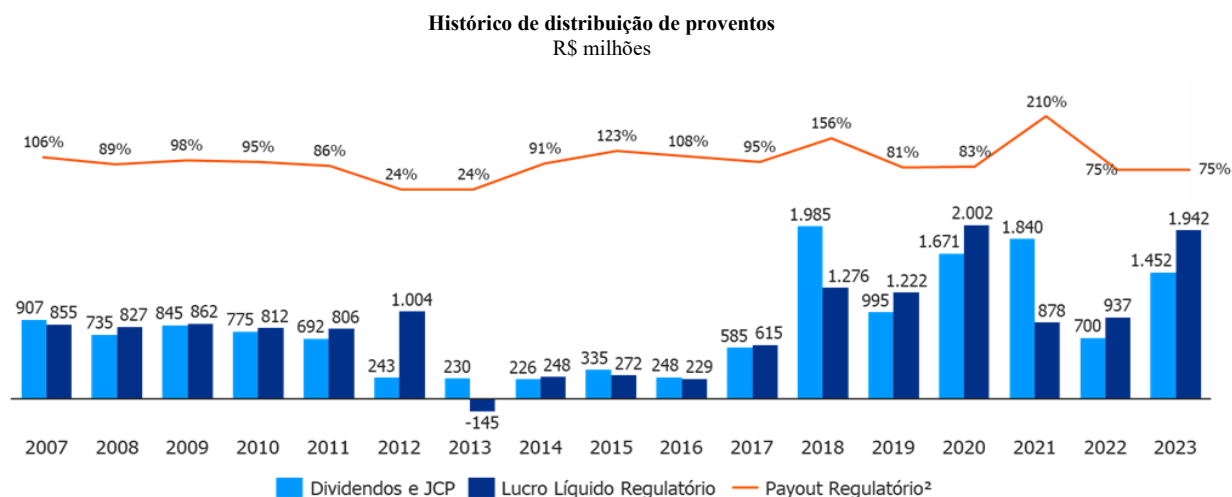
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a ISA CTEEP prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela destinação de 5% para constituição de Reserva Legal.

A Companhia adota como prática a distribuição de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como *proxy* da geração de caixa).

Em 2023, a Companhia manteve-se consistente com sua prática de distribuição de proventos que busca sempre maximizar a geração de valor aos seus acionistas e anunciou a distribuição de R\$ 1.452,2 milhões em Juros sobre o Capital Próprio referentes ao resultado de 2023. O montante corresponde a R\$ 2,20408 por ação sujeito à retenção do Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), resultando em um *payout* de 75% do lucro líquido regulatório.



AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA CTEEP informa que, no dia 14 de abril de 2023, contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda., para prestação de serviços de emissão de relatório de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A remuneração global do auditor relativa em 2023 totalizou R\$ 5,4 milhões, montante pago pelos serviços de auditoria externa relativos ao exercício social encerrado em 2023 e outros serviços relacionados a processos de oferta de títulos de valores mobiliários.

A ISA CTEEP adota e segue o Código de Ética e Conduta, documento que foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração e que expressa formalmente os atributos éticos da Companhia como eixo central da boa governança corporativa, bem como é o principal norteador para o relacionamento com seu público, estabelecendo diretrizes claras para uma interação transparente com todas as partes interessadas. O Código de Ética e Conduta é entregue a todos colaboradores, administradores e partes interessadas e, além de abordar temas relacionados ao combate à corrupção, lavagem de dinheiro, suborno e todas as suas formas (brindes, presentes e hospitalidades, conflito de interesses, interação com agentes públicos, participação em eventos externos, entre outros), contempla também os princípios, valores e diretrizes sobre a Lei de Práticas de Corrupção Estrangeiras (*Foreign Corrupt Practices Act - FCPA*).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Adicionalmente, em 2018 a Companhia passou a fortalecer o Programa Empresarial de Ética e *Compliance*, com patrocínio e engajamento da alta direção, conscientização, capacitação dos riscos de *compliance* anticorrupção com base na Lei 12.846/2013, canal de denúncias independente, seguro, confidencial, com recebimento de denúncias anônimas, se desejável e sem retaliação ao denunciante, bem como na adequação das diretrizes sobre tratamento de dados pessoais relacionados a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei nº 13.709/2018.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ÍNDICE

Balancos patrimoniais	1
Demonstrações dos resultados.....	3
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	
1. Contexto operacional.....	9
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	12
3. Principais práticas contábeis.....	13
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador	21
5. Caixa e equivalentes de caixa	21
6. Aplicações financeiras.....	22
7. Contas a receber – concessionárias e permissionárias.....	23
8. Valores a receber – Secretaria da Fazenda	23
9. Tributos e contribuições a compensar	24
10. Cauções e depósitos vinculados	24
11. Investimentos.....	25
12. Imobilizado.....	33
13. Intangível.....	40
14. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	42
15. Arrendamentos.....	49
16. Tributos e encargos sociais a recolher	50
17. Encargos regulatórios a recolher	50
18. Obrigações trabalhistas.....	51
19. Provisões.....	51
20. Valores a pagar – Vivest.....	55
21. Reserva Global de Reversão - RGR	60
22. Patrimônio líquido	60
23. Receita operacional bruta	65
24. Resultado financeiro	68
25. Imposto de renda e contribuição social	68
26. Transações com partes relacionadas.....	70
27. Instrumentos financeiros	73
28. Seguros	76
29. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58	77
30. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento	80
31. Eventos subsequentes	80
32. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário.....	81
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	89

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	204.012	327.065
Aplicações financeiras	6	1.019.348	462.256
Caixa restrito		6.657	2.126
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	381.915	424.573
Estoques		20.763	18.427
Tributos e contribuições a compensar	9	265.751	111.932
Despesas pagas antecipadamente		11.265	6.254
Créditos com partes relacionadas	26	244.381	222.955
Outros		209.259	96.018
		2.363.351	1.671.606
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito		1.437	14.317
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	365.198	425.237
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	8	2.371.307	2.175.500
Cauções e depósitos vinculados	10	42.672	41.271
Instrumentos financeiros derivativos		2.615	-
Crédito com partes relacionadas	26	-	8.700
Outros		108.175	61.733
		2.891.404	2.726.758
Investimentos	11 (b)	5.615.665	5.137.989
Imobilizado	12 (c)	7.550.023	6.452.457
Intangível	13 (b)	1.620.610	1.662.872
		14.786.298	13.253.318
Total do ativo		20.041.053	17.651.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Fornecedores		147.934	88.350
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	631.448	152.412
Arrendamento	15	5.978	13.777
Tributos e encargos sociais a recolher	16	96.073	185.829
Encargos regulatórios a recolher	17	49.035	59.858
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	22 (b)	1.247.850	611.208
Obrigações sociais e trabalhistas	18	63.940	53.810
Valores a pagar – Vivest	20	731	823
Reserva Global de Reversão - RGR	21	2.480	2.480
Outros		59.861	38.255
		2.305.330	1.206.802
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	8.501.010	7.710.381
Arrendamento	15	20.500	40.836
Provisões	19	101.052	113.007
Benefício a empregados - Déficit atuarial		401.059	153.836
PIS e COFINS diferidos		32.713	46.613
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (a)	884.512	1.078.017
Encargos regulatórios a recolher	17	27.232	16.819
Reserva Global de Reversão - RGR	21	6.691	9.171
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	12 (e)	632.094	449.062
Outros		17.094	2.526
		10.623.957	9.620.268
Patrimônio líquido			
Capital social	22 (a)	3.590.020	3.590.020
Reservas de capital	22 (c)	666	666
Reservas de reavaliação	22 (f)	1.612.737	1.823.292
Reservas e retenção de lucros	22 (d)	2.115.915	1.432.010
Outros resultados abrangentes	22 (e)	(207.572)	(21.376)
		7.111.766	6.824.612
Total do passivo e do patrimônio líquido		20.041.053	17.651.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	23.1	3.936.822	3.389.777
Outras receitas	23.1	<u>76.319</u>	<u>52.706</u>
		<u>4.013.141</u>	<u>3.442.483</u>
Tributos			
PIS		(66.777)	(56.657)
COFINS		(307.579)	(260.964)
ISSQN		<u>(3.620)</u>	<u>(2.241)</u>
		<u>(377.976)</u>	<u>(319.862)</u>
Encargos			
Reserva Global de Reversão - RGR		548	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		(115.612)	(212.395)
Taxa de fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(12.486)	(11.046)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(33.821)	(27.666)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA		<u>(25.657)</u>	<u>(55.186)</u>
		<u>(187.028)</u>	<u>(306.293)</u>
Receita líquida		<u>3.448.137</u>	<u>2.816.328</u>
Custos e despesas			
Pessoal e honorários da administração	23.5	(404.413)	(401.302)
Material		(23.082)	(22.182)
Serviços de terceiros		(195.555)	(168.549)
Provisões para demandas judiciais		(7.632)	(9.655)
Depreciação e amortização		(564.086)	(565.789)
Seguros		(10.396)	(7.559)
Doações, contribuições e subvenções		(451)	(65)
Arrendamento e aluguéis		(5.583)	(4.831)
Tributos		(45.138)	(38.568)
Outras receitas operacionais		35.239	18.625
Outras despesas operacionais		(147.012)	(51.677)
Gastos diversos		<u>(23.631)</u>	<u>(22.276)</u>
		<u>(1.391.740)</u>	<u>(1.273.828)</u>
Resultado da atividade		<u>2.056.397</u>	<u>1.542.500</u>
Equivalência patrimonial	11 (a)	<u>700.385</u>	<u>396.048</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(continuação)	Nota	2023	2022
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	146.441	92.656
Despesas financeiras	24	<u>(1.032.648)</u>	<u>(967.134)</u>
		<u>(886.207)</u>	<u>(874.478)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>1.870.575</u>	<u>1.064.070</u>
Despesas com imposto de renda e contribuição social	25	<u>71.711</u>	<u>(127.145)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.942.286</u>	<u>936.925</u>
Lucro básico por ação		<u>2,94785</u>	<u>1,42199</u>
Lucro diluído por ação		<u>2,94765</u>	<u>1,42189</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	1.942.286	936.925
Outros resultados abrangentes		
Reserva de reavaliação	(210.555)	(72.623)
Benefício pós emprego – superávit (déficit) atuarial	(165.394)	246.430
Ajuste instrumento financeiro de controlada, por equivalência patrimonial, líquido	(21.990)	(32.241)
Ajuste instrumento financeiro da controladora, líquido	<u>1.188</u>	<u>1.812</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>1.545.535</u>	<u>1.080.303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de Lucros				Resultados abrangentes			Total	
		Capital Social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Reserva de reavaliação		Outros resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2021		3.590.020	666	718.004	1.862.804	(1.564.945)	-	1.895.915	(237.377)	6.265.087
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	936.925	-	-	936.925
Outros resultados abrangentes										
Benefício pós emprego - superávit atuarial		-	-	-	-	-	-	-	246.430	246.430
Ajustes de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	(30.429)	(30.429)
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva estatutária	22 (d)	-	-	-	452.449	-	(452.449)	-	-	-
Constituição de retenção de lucros	22 (d)	-	-	-	-	(36.302)	36.302	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$1,062404 por ação)	22 (b)	-	-	-	-	-	(700.000)	-	-	(700.000)
Constituição da reserva de reavaliação em controladas		-	-	-	-	-	-	106.599	-	106.599
Realização da reserva de reavaliação	22 (f)	-	-	-	-	-	175.429	(175.429)	-	-
Realização da reserva de reavaliação em controlada	22 (f)	-	-	-	-	-	3.793	(3.793)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		3.590.020	666	718.004	2.315.253	(1.601.247)	-	1.823.292	(21.376)	6.824.612
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.942.286	-	-	1.942.286
Outros resultados abrangentes										
Benefício pós emprego - superávit atuarial		-	-	-	-	-	-	-	(165.394)	(165.394)
Ajustes de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	(20.802)	(20.802)
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva estatutária	22 (d)	-	-	-	556.763	-	(556.763)	-	-	-
Constituição de retenção de lucros	22 (d)	-	-	-	-	127.142	(127.142)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$2,204083 por ação)	22 (b)	-	-	-	-	-	(1.452.233)	-	-	(1.452.233)
Baixa da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	(16.703)	-	(16.703)
Realização da reserva de reavaliação	22 (f)	-	-	-	-	-	189.499	(189.499)	-	-
Realização da reserva de reavaliação em controlada	22 (f)	-	-	-	-	-	4.353	(4.353)	-	-
Em 31 de dezembro de 2023		3.590.020	666	718.004	2.872.016	(1.474.105)	-	1.612.737	(207.572)	7.111.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.942.286	936.925
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	564.086	512.321
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(108.913)	34.292
PIS e COFINS diferidos	(13.900)	(3.954)
Provisão para demandas judiciais (nota 19 (a))	(150)	8.471
Custo residual de ativo imobilizado baixado	45.940	27.592
Benefício fiscal – ágio incorporado	37	36
Benefício a empregados – déficit atuarial	23.755	62.905
Amortização de ativo de concessão na aquisição de controlada (nota 11)	59.826	55.821
Realização da perda em controlada (nota 11)	(3.415)	(5.936)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	(696.970)	(396.048)
Rendimento sobre aplicações financeiras	(53.317)	(45.661)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	1.008.077	930.445
	<u>2.767.342</u>	<u>2.117.209</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	8.349	2.612
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	102.697	(33.813)
Estoques	(2.336)	(5.899)
Tributos e contribuições a compensar	(153.819)	(43.130)
Cauções e depósitos vinculados	81	6.126
Despesas pagas antecipadamente	(5.011)	5.191
Créditos com partes relacionadas	(21.426)	35.720
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(195.807)	(207.753)
Outros	(81.593)	44.820
	<u>(348.865)</u>	<u>(196.126)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	59.584	10.352
Tributos e encargos sociais a recolher	(164.286)	130.100
Pagamento de impostos	(143.359)	(101.041)
Encargos regulatórios a recolher	(939)	(3.799)
Obrigações trabalhistas	10.130	7.303
Provisões	(21.102)	(3.973)
Valores a pagar – Vivest	(92)	(35)
Reserva Global de Reversão - RGR	(2.480)	(2.481)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	207.410	101.994
Outros	9.043	(3.279)
	<u>(46.091)</u>	<u>135.141</u>
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>2.372.386</u>	<u>2.056.224</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(continuação)	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(2.646.384)	(2.450.667)
Resgates de aplicações financeiras	2.142.609	2.284.871
Imobilizado (nota 12)	(1.808.216)	(1.061.883)
Intangível (nota 13)	(22.375)	(8.466)
Investimentos (nota 11)	(359.025)	(879.998)
Dividendos recebidos	548.597	498.700
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	<u>(2.144.794)</u>	<u>(1.617.444)</u>
Atividades de financiamento		
Adições de empréstimos e debêntures (nota 14)	2.467.412	926.960
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures (principal) (nota 14)	(1.297.484)	(736.448)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures (juros) (nota 14)	(906.828)	(416.743)
Pagamentos de arrendamentos	(14.186)	(14.014)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.802)	(16.491)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos (nota 22 (b))	(597.757)	(97.726)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(350.645)</u>	<u>(354.462)</u>
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(123.053)</u>	<u>84.319</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	327.065	242.746
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>204.012</u>	<u>327.065</u>
Varição em caixa e equivalentes de caixa	<u>(123.053)</u>	<u>84.319</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“ISA CTEEP”, “CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 1 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”). Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, o Governo do Estado de São Paulo, alienou ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A entidade vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”).

Atualmente, a Companhia está consolidada no setor de transmissão de energia elétrica, atuando como grupo econômico e controla diretamente dezesseis sociedades, além de deter o controle compartilhado de outras cinco sociedades. Juntas, tais sociedades somam trinta e cinco contratos de concessão (nota 1.2), 20,4 mil quilômetros de linhas construídas, 78,0 mil MVA de capacidade de transformação, além de mais de 2,7 mil quilômetros e 6,9 mil MVA de potência em fase pré-operacional.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

A Companhia adota as práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1 da B3, desde setembro de 2002, onde suas ações são listadas sob os códigos TRPL3 e TRPL4. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia integra o Índice Bovespa (Ibovespa B3), Índice Brasil Amplo (IBRA), Índice de Dividendos (IDIV), Índice de Energia Elétrica (IEE), Índice de Governança Corporativa (IGC), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice MidLarge Cap (MLCX) e o Índice de Utilidade Pública (UTIL), Índice Brasil 100 (IBrX100), Índice Carbono Eficiente (ICO2), Índice Bovespa Smart Dividendos B3 (IBSD) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1.2 Concessões

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part. (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida – RAP	
					Prazo (anos)	Próxima		R\$ mil	Mês base
CTEEP (i)	059/2001		30	31.12.42	5	2024	IPCA	3.672.766	06/23
CTEEP	012/2016		30	20.11.46	5	2027	IPCA	207.419	06/23
CTEEP (projeto Piraquê)	008/2022		30	29.09.52	5	2028	IPCA	313.506	06/23
CTEEP (Projeto Itatiaia) (ii)	012/2023		30	28.09.53	5	2029	IPCA	218.979	Ofertada
CTEEP (Projeto Serra Dourada) (ii)	006/2023		30	28.09.53	5	2029	IPCA	283.817	Ofertada
Controladas									
IEJaguar 6	143/2001	100	30	20.12.31	n/a	n/a	IGPM	18.962	06/23
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5	2027	IPCA	19.726	06/23
IENNE	001/2008	100	30	16.03.38	5	2028	IPCA	59.405	06/23
IEJaguar 8	012/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	14.248	06/23
IESul	013/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	7.742	06/23
IEJaguar 9	015/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	80.102	06/23
IESul	016/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	19.318	06/23
IEPinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	8.085	06/23
Evrecy	020/2008	100	30	17.07.25	4	2025	IGPM	19.238	06/23
IESerra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5	2025	IPCA	53.932	06/23
IEItapura	021/2011	100	30	09.12.41	5	2027	IPCA	8.063	06/23
IEItaúnas	018/2017	100	30	10.02.47	5	2027	IPCA	64.960	06/23
IETibagi	026/2017	100	30	11.08.47	5	2028	IPCA	21.485	06/23
IEItaquerê	027/2017	100	30	11.08.47	5	2028	IPCA	62.911	06/23
IEJaguar 6	042/2017	100	30	11.08.47	5	2028	IPCA	13.452	06/23
IEAguapeí	046/2017	100	30	11.08.47	5	2028	IPCA	74.219	06/23
IEBiguaçu	012/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	49.526	06/23
IEItapura	021/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	14.346	06/23
Evrecy	001/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	48.320	06/23
IETibagi	006/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	5.770	06/23
IEMG	007/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	42.099	06/23
IERiacho Grande	005/2021	100	30	30.03.51	5	2026	IPCA	85.068	06/23
IEJaguar 8 (projeto Jacarandá)	011/2022	100	30	30.09.52	5	2028	IPCA	14.737	06/23
IETibagi (Projeto Água vermelha) (ii)	014/2023	100	30	28.09.53	5	2029	IPCA	7.461	Ofertada
Total CTEEP e Controladas								5.509.662	
Controladas em conjunto									
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	361.623	06/23
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	312.946	06/23
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09.12.41	5	2027	IPCA	127.864	06/23
IEParaguaçu	003/2017	50	30	10.02.47	5	2027	IPCA	133.525	06/23
IEAimorés	004/2017	50	30	10.02.47	5	2027	IPCA	95.896	06/23
IEIvai	022/2017	50	30	11.08.47	5	2028	IPCA	362.611	06/23
Total controladas em conjunto								1.394.465	
Participação da Companhia no total das controladas em conjunto								705.257	

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os contratos de concessão acima, adquiridos até o leilão de 2018, preveem o direito de indenização sobre os ativos vinculados à concessão no término de sua vigência. A partir de 2019 somente os ativos autorizados pela ANEEL, mediante reforços ou melhorias consideram direito de indenização. Para os contratos com revisão tarifária periódica, segundo a regulamentação aplicada pela ANEEL, é previsto o direito à remuneração dos investimentos em ampliação, reforços e melhorias.

- (i) Na CTEEP a RAP referente aos ativos do SE (Serviço Existente) de R\$1.549.630 na base 06/2022 passou para R\$2.377.119 na base 06/2023, conforme estabelecido no Reajuste Anual das concessionárias de transmissão, definida por meio da Resolução Homologatória nº 3.216/23 de 07 de julho de 2023.
- (ii) Lotes arrematados no Leilão ANEEL nº 01/2023 de junho de 2023, assinatura dos contratos de concessão ocorrida no dia 29 de setembro de 2023.

(a) Lei nº 12.783/2013

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (*) e do SE (**).

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R\$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015.

Para os valores do SE, no ano de 2016, foi emitida Nota Técnica nº 336/2016 da ANEEL que apresenta proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120/2016 do MME para a metodologia de cálculo do custo de capital (Ke) e do cálculo da RAP e determina valores e prazos de pagamento para as concessionárias.

A Nota técnica nº 108/2020 – SGT/ANEEL de 25 de junho de 2020, recalcula os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizados os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigentes.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021. As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018, garantido o reconhecimento de R\$1,8 bilhões no fluxo a receber que, a valor presente, geraram um acréscimo de R\$497.346 no saldo do ativo de contrato correspondente. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

Em junho de 2022, a Superintendência Geral de Tarifas da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento do RBSE, tendo ocorrido, neste mesmo mês, decisão monocrática (Despacho nº 1.762/22) deliberada pelo diretor da ANEEL sobre o referido tema. A decisão monocrática foi suspensa e referida Nota Técnica somente tem efetividade após decisão colegiada da Diretoria da ANEEL. Em 27 de abril de 2023, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL, emitiu a Nota Técnica nº 85/2023 que trata das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE na Nota Técnica nº 85/2022-SGT/ANEEL. A Nota Técnica nº 85/2023 não produziu efeitos práticos imediatos e toda e qualquer evolução relacionada ao tema RBSE depende de decisão colegiada em reunião de diretoria da ANEEL. As premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento, aprovados por meio da Resolução Homologatória nº 2.851/2021, estão vigentes e permanecem apropriados, conforme entendimento da Administração e se encontram refletidos nessas demonstrações contábeis regulatórias.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(*) NI – instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000.

(**) SE – instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

(b) Subestação Centro (CTR)

Em 29 de novembro de 2023, foi julgado recurso da ANEEL pelo TCU (Tribunal de Contas da União), onde a Subestação Centro (“SE Centro”) deixa de integrar o contrato de concessão nº 59/2001 da Companhia e por ele terá direito a uma indenização (prevista na cláusula 2ª do 8º termo aditivo do contrato de concessão).

A discussão judicial é fruto da retirada da Subestação Centro do contrato de concessão nº 59/2001 para ser objeto de licitação do Leilão nº 02/2022, realizado em 16 de dezembro de 2022.

A indenização será homologada pela ANEEL junto à próxima revisão tarifária do ciclo 2024/2025 e tem como objeto: (i) os ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória resultante da RTP de 2018, serão recebidos via Parcela de Ajuste no ciclo tarifário, em 12 meses; e (ii) o ressarcimento integral dos investimentos realizados entre 2018 até 22 de dezembro de 2023, nos termos do PRORET 9.1, a ser recebido via RAP com vigência até dezembro de 2042, de forma a garantir o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro.

2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos, entretanto, quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 32 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos e atuariais, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 19).

3 Principais práticas contábeis regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Companhia optou pelo regime do Lucro Real Anual. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, se não for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada (nota explicativa 25 (b)).

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. O valor é fixado anualmente pela ANEEL em função da energia elétrica utilizada por unidades consumidoras conectadas às instalações de transmissão. Este valor é recolhido à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (tarifa de uso do sistema de transmissão) (nota explicativa 17).

(ii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. O valor é fixado em função da previsão de geração de energia elétrica pelas usinas integrantes do PROINFA. Este valor é recolhido à Eletrobras e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (nota 17).

(iii) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços. Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei ficaram desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR (nota 17).

(iv) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 17).

(v) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

(c) Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - Hedge

A norma prevê uma abordagem de contabilização de *hedge* com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. Uma das principais alterações da norma está na mensuração da efetividade. A norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

A Companhia e suas controladas Biguaçu e Riacho Grande utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, como swaps de taxa de juros e contrato de câmbio futuro. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

A Companhia designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge*.

Os instrumentos financeiros são classificados como *hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa:

Hedge de valor justo: destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo. As alterações ocorridas no valor justo de um instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge* são reconhecidas no resultado.

Hedge de fluxo de caixa: destinado à proteção da exposição à variabilidade no fluxo de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo. Um instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação originada pelo objeto de *hedge*. Se a transação objeto de *hedge* subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é incluído no custo inicial do ativo ou passivo protegido.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os contratos de câmbio futuro da Companhia e das controladas Biguaçu e Riacho Grande foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 23.4), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Investimentos

A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas e controladas em conjunto por meio do método de equivalência patrimonial.

3.9 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 12 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.10 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 não permite a reavaliação de bens. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

3.11 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.12 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.13 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso (nota 32.5).

(a) A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia, ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, usa o custo incremental representado pela taxa de captação da dívida da Companhia na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- ***Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor***

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.14 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.15 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.16 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 19 (a).

3.17 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina plano de aposentadoria e pensão por morte aos seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, administrados pela Vivest (antiga Funcesp), cujo objetivo é suplementar benefícios garantidos pela Previdência Social.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Na avaliação atuarial dos compromissos deste plano foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o CPC 33 (R1).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A periodicidade dessa avaliação é anual e os efeitos da remensuração dos compromissos do plano, que incluem ganhos e perdas atuariais, efeito das mudanças no limite superior do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), são refletidos imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia registrou passivo (patrimônio líquido) atuarial reconhecido contabilmente, conforme mencionado na nota explicativa 20.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

3.18 Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório conforme descrito na nota 22 (b).

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.19 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.20 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamentos como atividades de financiamento e dividendos recebidos como atividade de investimento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos, respectivamente.

3.21 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O cálculo do lucro diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações, conforme mencionado na nota 22 (g).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4 Normas e interpretações ainda não adotadas pelo Órgão Regulador:

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- **CPC47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 – IFRIC 12 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos		23.376	8.912
Equivalentes de caixa			
CDB (a)	105,4%	<u>180.636</u>	<u>318.153</u>
		<u>204.012</u>	<u>327.065</u>

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

(a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 27.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6 Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023	2023	2022
	% do CDI		
Fundo de Investimento Referenciado DI			
Bandeirantes		287.380	206.806
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	107,9%	351.001	206.829
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI		375.779	40.246
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		5.188	8.375
		1.019.348	462.256

A Companhia concentra as suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Coral (Referenciado DI Rubi incorporado pelo Renda Fixa Referenciado DI Coral).
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Assis Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Santander e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Santander Renda Fixa Referenciado DI.
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 26.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

A composição das contas a receber é como segue:

	Corrente a vencer		Corrente vencida			Total 2023	Total 2022
	Até 60 dias	Mais de 360 dias (ii)	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Transmissão de Energia							
Encargos de Uso da Rede Elétrica	369.622	365.235	2.309	3.340	587	6.020	747.113
	369.622	365.235	2.309	3.340	587	6.020	849.810

- (i) Os saldos classificados como contas a receber de longo prazo são proveniente, de valores depositados judicialmente por agentes do sistema que por algum motivo estão em desacordo com o faturamento referente à Rede Básica e por isso entram em discussão judicial. A Companhia efetua o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. Durante o exercício de 2023 ocorreu redução do saldo, em virtude de recebimentos por decisões favoráveis.
- (ii) Com a cassação da maioria das liminares que impediam a ANEEL de considerar na RAP a parcela referente ao custo de capital próprio (ke), a Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020 inclui as parcelas do ke referentes aos ciclos tarifários 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 que passaram a ser recebidos por meio do mecanismo de parcela de ajuste (PA), nos três ciclos subsequentes, a partir de julho de 2020. Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021. As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018, garantido o reconhecimento de R\$1,8 bilhões no fluxo a receber. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

8 Valores a receber – Secretaria da Fazenda

	2023	2022
Verbas da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (a)	2.567.905	2.384.441
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (b)	319.657	307.314
Perdas esperadas sobre realização de créditos (c)	(516.255)	(516.255)
	2.371.307	2.175.500

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2023. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão da ação da 49ª Vara do Trabalho na qual a CTEEP, na condição de parte citada, repassa os recursos mensalmente à Vivest (antiga Funcesp) para processamento do pagamento aos aposentados.
- (b) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela CTEEP por força de ato judicial, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.
- (c) A perda esperada foi constituída em 30 de setembro de 2013 e teve como fatores determinantes o alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais, ocorridos naquele período. A Companhia monitora a evolução do tema e revisa a perda esperada periodicamente avaliando a necessidade de complementação ou reversão da provisão conforme eventos jurídicos que eventualmente alterem a opinião de seus assessores. Até 31 de dezembro de 2023, não ocorreram eventos que indicassem necessidade de alteração da perda esperada (*impairment*).

9 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda antecipação	137.284	46.176
Contribuição social antecipação	67.884	21.826
Imposto de renda retido na fonte	4.681	2.579
COFINS	36.070	26.254
PIS	7.831	5.700
Impostos parcelados a recuperar	5.134	4.682
Outros	6.867	4.715
	<u>265.751</u>	<u>111.932</u>

10 Cauções e depósitos vinculados

Os valores de cauções e depósitos são registrados no ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos.

Os depósitos estão registrados pelo valor nominal, atualizados monetariamente, tendo por base a variação de taxa referencial (TR) para depósitos trabalhistas e previdenciários e SELIC para tributários e regulatórios. O saldo está composto da seguinte forma:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos judiciais		
Trabalhistas (nota 19 (a) (i))	24.916	24.792
PIS / COFINS (a)	15.285	14.049
Autuações – ANEEL (b)	2.451	2.307
Outros	20	123
	<u>42.672</u>	<u>41.271</u>

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Em março de 2015, por meio do Decreto n.º 8.426/15, foi restabelecida a alíquota de 4,65% de PIS/COFINS sobre receitas financeiras com aplicação a partir de 1 de julho de 2015. Para o período de julho de 2015 a fevereiro de 2018, a Companhia buscou judicialmente evitar a tributação sob o fundamento de que o tributo apenas poderia ser exigido por meio de Lei conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso I e; que o Decreto n.º 8.426/15 também viola o princípio da não cumulatividade previsto no artigo 194, § 12º.
- (b) Referem-se a depósitos, cujos processos têm como objetivo anular autuações da ANEEL as quais a Companhia contesta.

11 Investimentos

(a) Composição equivalência patrimonial:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Equivalência patrimonial	696.970	392.502
Realização de aquisição de controle (11 b)	<u>3.415</u>	<u>3.546</u>
	<u>700.385</u>	<u>396.048</u>

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 2021	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Realização de aquisição de controle	Dividendos	Ajuste instrumento financeiro	Reorganização Societária (***)	Reserva de reavaliação	Saldos em 2022
IESerra do Japi	179.469	-	50.431	-	(66.960)	-	(19.841)	20.965	164.064
IEMG (*)	168.856	289.587	9.471	1.476	-	-	-	-	469.390
IENNE	250.136	-	18.637	-	(45.821)	-	-	(12)	222.940
IEPinheiros	367.273	2.300	41.360	-	(51.481)	-	(365.660)	66.325	60.117
IEVrency(*)	112.570	225.589	11.251	(2.390)	-	-	-	9.845	356.865
IEItaúnas (**)	250.427	82.781	(1.726)	-	-	-	-	-	331.482
IEItabagi (**)	160.766	15.471	10.794	-	(5.619)	-	-	-	181.412
IEItaquerê (**)	179.439	-	37.062	-	(17.299)	-	-	-	199.202
IEItapura (**)	177.926	-	16.041	-	(1.256)	-	(24.139)	-	168.572
IEAguapeí (**)	317.139	-	58.178	-	(39.217)	-	-	-	336.100
IESul (*)	151.334	-	5.322	4.460	-	-	-	9.476	170.592
IEBiguaçu	340.679	83.073	12.983	-	(5.571)	(10.502)	-	-	420.662
IERiacho Grande	76.317	46.897	(460)	-	-	(21.739)	-	-	101.015
IEJaguar6	-	300	4.272	-	(512)	-	75.928	-	79.988
IEJaguar8	-	100	960	-	-	-	82.851	-	83.911
IEJaguar9	-	400	5.535	-	(13.897)	-	250.861	-	242.899
IEMadeira	739.510	-	117.782	-	(128.645)	-	-	-	728.647
IEGaranhuns	321.313	-	31.976	-	15.043	-	-	-	368.332
IEParaguaçu (**)	274.594	33.000	11.173	-	(19.584)	-	-	-	299.183
IEAimorés (**)	185.311	10.500	15.309	-	(15.988)	-	-	-	195.132
IEIvaí (**)	(68.667)	90.000	(63.849)	-	-	-	-	-	(42.516)
Total	4.184.392	879.998	392.502	3.546	(396.807)	(32.241)	-	106.599	5.137.989

(*) Os valores justos dos investimentos nas datas de suas aquisições foram atribuídos aos ativos imobilizado e são amortizados pelo prazo da concessão.

(**) Os valores de investimentos dessas controladas são financiados pela 7ª emissão de debêntures, classificada como “Título Verde” (Nota 14 (f)).

(***) Reclassificação dos contratos de concessão devido a reorganização societária ocorrida em 31 de outubro de 2022. (nota 1.2).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Saldos em 2022	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Realização de aquisição de controle	Dividendos	Ajuste instrumento financeiro	Reserva de reavaliação	Saldos em 2023
IESerra do Japi	164.064	7.500	40.236	-	(44.550)	-	-	167.250
IEMG (*)	469.390	122.166	26.589	1.344	-	-	-	619.489
IENNE	222.940	-	20.322	-	(28.720)	-	-	214.542
IEPinheiros	60.117	1.200	7.896	-	(7.885)	-	-	61.328
IEEvrecy(*)	356.865	136.412	12.411	(2.390)	-	-	-	503.298
IEItaúnas	331.482	8.050	15.678	-	(7.072)	-	-	348.138
IEItibagi	181.412	-	20.993	-	(7.176)	-	-	195.229
IEItaquerê	199.202	-	47.703	-	(22.834)	-	-	224.071
IEItapura	168.572	-	14.464	-	(22.126)	-	-	160.910
IEAguapeí	336.100	-	55.285	-	(49.500)	-	-	341.885
IESul (*)	170.592	-	7.618	4.461	(2.217)	-	-	180.454
IEBiguaçu	420.662	-	31.529	-	(43.776)	-	-	408.415
IERiacho Grande	101.015	73.997	(405)	-	-	(21.990)	-	152.617
IEJaguar6	79.988	-	25.669	-	(29.193)	-	-	76.464
IEJaguar8	83.911	18.400	7.053	-	(2.662)	-	-	106.702
IEJaguar9	242.899	-	54.690	-	(39.289)	-	-	258.300
IEMadeira	728.647	-	170.883	-	(70.614)	-	-	828.916
IEGaranhuns	368.332	-	39.104	-	(39.862)	-	-	367.574
IEParaguaçu	299.183	-	53.263	-	(64.313)	-	-	288.133
IEAimorés	195.132	-	35.815	-	(63.454)	-	-	167.493
IEIvaí	(42.516)	-	10.174	-	(23.201)	-	-	(55.543)
Total	5.137.989	367.725	696.970	3.415	(568.444)	(21.990)	-	5.615.665

(*) Os valores justos dos investimentos nas datas de suas aquisições foram atribuídos aos ativos imobilizado e são amortizados pelo prazo da concessão.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Informações sobre investimentos em controladas e controladas em conjunto

	Data base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ajustado (*)	Receita bruta	Lucro (prejuízo) líquido
Serra do Japi	2023	89.984.967	100	89.985	182.752	15.502	167.250	-	55.994	40.236
	2022	82.484.967	100	82.485	193.529	29.465	164.064	-	68.790	50.431
IEMG	2023	551.073.000	100	551.073	646.129	8.907	637.222	619.489	39.301	26.589
	2022	428.907.000	100	428.907	499.917	11.450	488.467	469.390	24.008	9.471
IENNE	2023	338.984.000	100	338.984	420.707	128.766	291.941	214.542	63.036	20.322
	2022	338.984.000	100	338.984	426.780	126.440	300.340	222.940	57.813	18.637
Pinheiros	2023	20.885.000	100	20.885	69.636	8.308	61.328	-	16.114	7.896
	2022	19.685.000	100	19.685	76.325	16.208	60.117	-	70.198	41.360
Evrecy	2023	438.352.000	100	438.352	537.983	38.469	499.514	503.298	20.745	12.411
	2022	301.940.000	100	301.940	377.639	26.948	350.691	356.865	21.124	11.251
Itaúnas	2023	342.359.000	100	342.359	385.468	37.330	348.138	-	22.549	15.678
	2022	334.310.000	100	334.310	335.716	4.234	331.482	-	-	(1.726)
Tibagi	2023	180.869.000	100	180.869	207.806	12.577	195.229	-	28.046	20.993
	2022	180.869.000	100	180.869	200.584	19.172	181.412	-	22.987	10.794
Itaquere	2023	206.096.000	100	206.096	242.881	18.810	224.071	-	63.020	47.703
	2022	206.096.000	100	206.096	245.556	46.354	199.202	-	57.996	37.062
Itapura	2023	106.137.000	100	106.137	170.420	9.510	160.910	-	22.769	14.464
	2022	106.137.000	100	106.137	170.755	2.183	168.572	-	26.221	16.041

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Data base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ajustado (*)	Receita bruta	Lucro (prejuízo) líquido
Aguapeí	2023	351.108.000	100	351.108	358.926	17.041	341.885	-	77.465	55.285
	2022	351.108.000	100	351.108	368.620	32.520	336.100	-	86.649	58.178
IESul	2023	220.660.000	100	220.660	293.011	46.394	246.617	180.454	26.800	7.618
	2022	220.660.000	100	220.660	280.790	39.574	241.216	170.592	24.280	5.322
Biguaçu	2023	415.551.000	100	415.551	453.031	44.616	408.415	-	52.889	31.529
	2022	415.551.000	100	415.551	469.630	48.968	420.662	-	19.438	12.983
IE Riacho Grande	2023	179.147.000	100	179.147	181.178	28.561	152.617	-	-	(405)
	2022	105.150.000	100	105.150	105.818	4.803	101.015	-	-	(460)
IEJaguar6	2023	159.864.000	100	159.864	80.141	3.677	76.464	-	31.703	25.669
	2022	159.864.000	100	159.864	80.727	739	79.988	-	5.273	4.272
IEJaguar8	2023	68.059.000	100	68.059	114.119	7.417	106.702	-	12.930	7.053
	2022	49.659.000	100	49.659	84.018	107	83.911	-	1.811	960
IEJaguar9	2023	202.438.000	100	202.438	286.968	28.668	258.300	-	70.423	54.690
	2022	202.438.000	100	202.438	260.193	17.294	242.899	-	7.909	5.535
IEMadeira	2023	717.060.000	51	1.406.000	3.239.882	1.614.556	1.625.326	-	740.471	335.063
	2022	717.060.000	51	1.406.000	3.403.921	1.975.200	1.428.721	-	637.021	230.946
IEGaranhuns	2023	290.700.000	51	570.000	870.912	150.179	720.733	-	141.747	76.674
	2022	290.700.000	51	570.000	865.109	142.889	722.220	-	128.873	62.699
Paraguaçu	2023	310.000.000	50	620.000	714.370	138.104	576.266	-	161.787	106.526
	2022	310.000.000	50	620.000	733.505	135.139	598.366	-	49.041	22.347
Aimorés	2023	197.700.000	50	395.400	432.264	97.278	334.986	-	107.839	71.628
	2022	197.700.000	50	395.400	481.097	90.833	390.264	-	57.698	30.619
Ivaí	2023	157.500.000	50	315.000	2.500.262	2.611.350	(111.088)	-	371.072	20.348
	2022	157.500.000	50	315.000	2.249.373	2.334.405	(85.032)	-	43.349	(127.698)

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

(i) Controladas e controladas em conjunto

Contratos operacionais

Empresa	Constituição	Contrato	Início da operação comercial	Subestações	Potência instalada (MVA)	Linhas de transmissão	Extensão de linhas (KM)	Região
IESerra do Japi	01.07.2009 13.12.2006	026/2009 004/2007	2011 2008	Jandira e Salto -	2.000 -	- Neves 1 – Mesquita	- 173	São Paulo Minas Gerais
IEMG	19.12.2019	007/2020 (*****)	2023	Nova Ponte Araxá 3 Uberlândia 10 e Monte Alegre de Minas 2	1.600	Nova Ponte - Araxá 3 Nova Ponte - Uberlândia 10	173	Minas Gerais
IEENNE	03.12.2007	001/2008	2010	-	-	Colinas - Ribeiro Gonçalves - C2Ribeiro Gonçalves - São João Do Piauí - C2	711	Maranhão, Piauí e Tocantins
IEPinheiros	22.07.2008	018/2008	2010	Atibaia II	400	-	-	São Paulo
Evrecy	14.11.2006	020/2008	2008	Aimorés, Mascarenhas	450	Aimores-Se - U. Mascarenhas - C1, Aimores - Conselheiro Pena - C1, Conselheiro Pena - Governador Valadares 6 - C1, Governador Valadares 6 - Governador Valadares 2 - C1 Curitiba - Joinville Norte - C2- Jorge Lacerda B - Tubarão Sul - C1 Tubarão Sul - Siderópolis - C1 e Nova Santa Rita - Scharlau - C1 E C2	163	Espírito Santo e Minas Gerais
IESul	23.07.2008	016/2008 013/2008	2010	Forquilha, Scharlau 2	900	-	179	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
IEItaquê	11.04.2017	027/2017	2020	SE Araraquara 2 - 3 x Compensadores Síncronos 500 kV - (-180/+300) Mvar	900	-	-	São Paulo
IEItabagi	11.04.2017	026/2017	2020	Rosana	500	Nova Porto Primavera – Rosana C1 e C2	17	São Paulo e Paraná
IEAguapeí	11.04.2017	046/2017	2021	Baguaçu e Alta Paulista	1.400	Marechal Rondon – Taquaruçu e Ilha Solteira – Bauru C1/C2	-	São Paulo
IEItapura	11.04.2017	021/2018 021/2011	2021 2013	Lorena Itapeti	2.000	-	-	São Paulo
IEItabagi (*)	11.04.2017	006/2020	2022	-	500	Ilha Solteira - Três Irmãos C2	37	Mato Grosso do Sul e São Paulo
IEBiguaçu (**)	06.07.2018	018/2017	2022	Ratones	300	-	54	Santa Catarina
IEJaguar 6	19.11.2018	143/2001 042/2017	2004 2019	- Bauru - Compensador Estático 440 kV (-125/250) Mvar	- 250	Botucatu – Chavantes C4 -	137 -	São Paulo São Paulo
IEJaguar 8	19.11.2018	012/2008	2010	Piratininga II	1.200	Interlagos – Piratininga II	1	São Paulo

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Empresa	Constituição	Contrato	Início da operação comercial	Subestações	Potência instalada (MVA)	Linhas de transmissão	Extensão de linhas (KM)	Região
IEJaguar 9	19.11.2018	015/2008	2010	Mirassol II, Getulina, Araras	2.100	-	-	São Paulo
IEItaúnas (****)	13.01.2017	018/2017	2023	João Neiva 2	1.200	Viana 2 – João Neiva 2	79	Espírito Santo
IEMadeira	18.12.2008	013/2009	2013	Estação retificadora Porto Velho e inversora Araraquara	7.464	Porto Velho – Araraquara II	2.385	Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo
IEGaranhuns	07.10.2011	022/2011	2015	Garanhuns II e Pau Ferro	2.100	Luiz Gonzaga – Garanhuns, Garanhuns – Pau Ferro, Garanhuns – Campina Grande III, Garanhuns – Angelim, Angelim I	633	Paraíba, Pernambuco e Alagoas
IEAimorés	18.11.2016	004/2017	2022	-	-	Padre Paraíso 2 – Governador Valadares 6 C2	208	Minas Gerais
IEParaguaçu	18.11.2016	003/2017	2022	-	-	Poções III – Padre Paraíso 2 C2	338	Bahia e Minas Gerais
IEIvaí (***)	17.05.2017	022/2017	2022	Guaíra, Sarandi e Paranavai Norte	2.988	Guaíra – Sarandi, Foz do Iguaçu – Guaíra, Londrina – Sarandi, Sarandi – Paranavai Norte	589	Paraná

(*) TrêsLagoas (006/2020): entrou em operação comercial em 08 de junho de 2022, com antecipação de quatorze meses em relação à estimativa da ANEEL. Empreendimento de circuito duplo.

(**) IEBiguaçu: entrou em operação comercial em 02 de setembro de 2022, com antecipação de um ano em relação à estimativa da ANEEL.

(***) IEIvaí: entrou em operação parcial em novembro de 2022. Empreendimento de circuito duplo.

(****) IEItaúnas: entrou em operação parcial em março de 2023.

(*****) IEMG (Triângulo Mineiro): entrou em operação comercial em agosto de 2023, com antecipação de 20 meses em relação à estimativa da ANEEL.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Contratos pré-operacionais

Empresa	Constituição	Contrato	Previsão da entrada em operação (*)	Subestações	Potência instalada (MVA)	Linhas de transmissão	Extensão de linhas (KM)	Região	Investimento estimado (**)	Assinatura do contrato
Evrecy	19.12.2019	001/2020	60 meses	Caxias Norte	2.700	Caxias Norte – Caxias 6 C1 Caxias Norte - Vinhedos C1 Caxias Norte - Monte Claro	169	Rio Grande do Sul	R\$681.550	20.03.2020
IERiacho Grande	17.12.2020	005/2021	60 meses	São Caetano do Sul	800	Miguel Reale - São Caetano do Sul, C1/C2; Sul - São Caetano do Sul, C1/C2; Trechos LT entre SE Sul - LT Ibiuna - Tijuco Preto C2.	63	São Paulo	R\$1.140.629	31.03.2021
IEJaguar 8 (projeto Jacarandá)	30.06.2022	011/2022	42 meses	SE 440/88 kV Água Azul - novo pátio de 88 kV e transformação 440/88 kV	600 MVA	-	-	São Paulo	R\$232.292	30.09.2022
IETibagi (projeto Água Vermelha)***	30.06.2023	014/2023	36 meses	– SE 500/138 kV Água Vermelha – nova transformação 500/138 kV	400 MVA	-	-	Minas Gerais	R\$94.000	29.09.2023

(*) Prazo para a entrada em operação a partir da data de assinatura do contrato, conforme estimativa da ANEEL.

(**) Investimento conforme estimativa da ANEEL.

(***) Lote arrematado no leilão ANEEL 001/2023 realizado em 30 de junho de 2023.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

a) Ativo imobilizado em serviço

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)(i)	Transfe- rências (C)	Realização e Baixa de reavaliação (D)	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)- (D)	Depreciação acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Obrigações Especiais brutas	Amorti- zação acum.	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão													
Terrenos	125.714	-	(136)	-	(57)	125.521	(193)	-	125.521	125.714	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	829.974	-	(5.482)	21.516	(100)	845.908	15.934	(678.636)	167.272	156.734	-	-	-
Máquinas e equipamentos	24.868.507	-	(157.835)	807.701	(260.684)	25.257.689	389.182	(19.338.053)	5.919.636	5.835.132	(656.355)	141.809	(514.546)
Veículos	423	-	-	-	-	423	-	(423)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	75	-	-	-	-	75	-	(56)	19	23	-	-	-
Administração													
Terrenos	2.617	-	-	-	-	2.617	-	-	2.617	2.617	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	142.594	114	(10.273)	33	-	132.468	(10.126)	(87.929)	44.539	62.693	-	-	-
Máquinas e equipamentos	465.612	-	(1.191)	31.845	(243)	496.023	30.411	(334.640)	161.383	152.412	(2.972)	1.856	(1.116)
Veículos	53.350	2	(325)	-	-	53.027	(323)	(48.706)	4.321	11.852	-	-	-
Móveis e utensílios	16.918	-	(1.678)	33	-	15.273	(1.645)	(7.475)	7.798	8.503	-	-	-
Subtotal	26.505.784	116	(176.920)	861.128	(261.084)	26.929.024	423.240	(20.495.918)	6.433.106	6.355.680	(659.327)	143.665	(515.662)

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em curso

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)(i)	Transferências (C)	Baixa de reavaliação (D)	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)- (D)	Depreciação acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Obrigações Especiais brutas	Amorti- zação acum.	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão													
Máquinas e equipamentos	499.350	908.167	-	(480.337)	-	927.180	427.830	-	927.180	499.350	(116.432)	-	(116.432)
Outros	681.877	839.145	-	(351.274)	-	1.169.748	487.871	-	1.169.748	681.877	-	-	-
Administração													
Máquinas e equipamentos	18.499	52.202	-	(27.478)	-	43.223	24.724	-	43.223	18.499	-	-	-
Outros	24.421	8.702	-	(1.644)	-	31.479	7.058	-	31.479	24.421	-	-	-
Subtotal	1.224.147	1.808.216	-	(860.733)	-	2.171.630	947.483	-	2.171.630	1.224.147	(116.432)	-	(116.432)

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Provisão para Ajuste ao Valor de Recuperação (ii)

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)(ii)</u>	<u>Transfe- rências (iii) (C)</u>	<u>Realização e Baixa de reavaliação (D)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)- (B)+(C)- (D)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Obrigações Especiais brutas</u>	<u>Amorti- zação acum.</u>	<u>Obrigações Especiais líquidas</u>
Transmissão Máquinas e equipamentos	(2.272.734)	-	26.528	-	-	(2.246.206)	26.528	1.191.493	(1.054.713)	(1.127.370)	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	<u>25.457.197</u>	<u>1.808.332</u>	<u>(150.392)</u>	<u>395</u>	<u>(261.084)</u>	<u>26.854.448</u>	<u>1.397.251</u>	<u>(19.304.425)</u>	<u>7.550.023</u>	<u>6.452.457</u>	<u>(775.759)</u>	<u>143.665</u>	<u>(632.094)</u>

(i) O valor líquido das baixas do ativo imobilizado totaliza R\$45.940.

(ii) A provisão para ajuste ao valor de recuperação foi constituída conforme despachos de encerramento nº 155/2012 e nº 4.413/2013 e itens 6.30.10 e 7.2.253 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e é composta por: (a) custo e depreciação acumulada dos itens do RBNI indenizados, conforme Lei nº 12.783/2013; e (b) depreciação posterior a 31 de dezembro de 2012 para bens do RBNI e para RBSE período entre 2013 e 2017, abrangidos pela Lei nº 12.783/2013 conforme previsto no despacho de encerramento do exercício de 2015 nº 245/2016.

(iii) Os valores de transferências referem-se a reclassificações entre bens do ativo imobilizado e ativo intangível.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

d) Taxas anuais de depreciação do imobilizado em Serviço e em Curso

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023		2022	
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Terrenos	-	42.572	-	42.572	42.708
Terrenos - reavaliação	-	82.949	-	82.949	83.006
Edificações, obras civis e benfeitorias.	3,43%	598.655	(437.258)	161.397	145.417
Edificações, obras civis e benfeitorias – reavaliação	3,35%	247.253	(241.378)	5.875	11.317
Máquinas e equipamentos	3,60%	9.366.393	(4.640.074)	4.726.319	3.985.563
Máquinas e equipamentos – reavaliação	3,36%	15.891.296	(14.697.979)	1.193.317	1.849.569
Veículos	14,29%	423	(423)	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	75	(56)	19	23
Administração					
Terrenos	-	2.597	-	2.597	2.597
Terrenos - reavaliação	-	20	-	20	20
Edificações, obras civis e benfeitorias.	3,71%	145.440	(99.589)	45.851	64.564
Edificações, obras civis e benfeitorias – reavaliação	3,16%	(12.972)	11.660	(1.312)	(1.871)
Máquinas e equipamentos	6,50%	448.383	(292.881)	155.502	142.224
Máquinas e equipamentos – reavaliação	5,66%	47.640	(41.759)	5.881	10.188
Veículos	14,29%	53.027	(48.706)	4.321	11.852
Móveis e utensílios	6,23%	15.268	(7.470)	7.798	8.503
Móveis e utensílios – reavaliação	6,25%	5	(5)	-	-
		26.929.024	(20.495.918)	6.433.106	6.355.680
Em Curso					
Transmissão		2.096.928	-	2.096.928	1.181.227
Administração		74.702	-	74.702	42.920
		2.171.630	-	2.171.630	1.224.147
Provisão para Ajuste ao Valor de Recuperação					
Transmissão		(2.246.206)	1.191.493	(1.054.713)	(1.127.370)
		26.854.448	(19.304.425)	7.550.023	6.452.457

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

e) Composição das adições do imobilizado em Curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	<u>Material / equipamentos</u>	<u>Serviços de terceiros</u>	<u>Mão de obra própria</u>	<u>Outros gastos</u>	<u>Total</u>
Terrenos	-	-	-	6.364	6.364
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	330.910	-	-	330.910
Máquinas e equipamentos	889.280	71.089	-	-	960.369
Móveis e utensílios	21	40	-	-	61
A ratear	-	63.485	57.644	7.084	128.213
Desenvolvimento de projetos	-	171.287	-	14	171.301
Transformação, fabricação e reparo de materiais	7.279	-	-	-	7.279
Material em depósito	135.140	-	-	-	135.140
Adiantamentos a fornecedores	55.829	-	-	-	55.829
Depósitos Judiciais	-	12.750	-	-	12.750
Total das adições	1.087.549	649.561	57.644	13.462	1.808.216

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

f) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Transfer ências (B)</u>	<u>Realiza- ção (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)+(B)- (C)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão em Serviço									
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(482.398)	(4.459)	(172.987)	3.489	(656.355)	(173.957)	141.809	(514.546)	(361.335)
Pesquisa e Desenvolvimento	<u>(2.972)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.972)</u>	<u>-</u>	<u>1.856</u>	<u>(1.116)</u>	<u>(1.259)</u>
	<u>(485.370)</u>	<u>(4.459)</u>	<u>(172.987)</u>	<u>3.489</u>	<u>(659.327)</u>	<u>(173.957)</u>	<u>143.665</u>	<u>(515.662)</u>	<u>(362.594)</u>
Transmissão em Curso									
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	<u>(86.468)</u>	<u>(202.951)</u>	<u>172.987</u>	<u>-</u>	<u>(116.432)</u>	<u>(29.964)</u>	<u>-</u>	<u>(116.432)</u>	<u>(86.468)</u>
	<u>(86.468)</u>	<u>(202.951)</u>	<u>172.987</u>	<u>-</u>	<u>(116.432)</u>	<u>(29.964)</u>	<u>-</u>	<u>(116.432)</u>	<u>(86.468)</u>
Total	<u>(571.838)</u>	<u>(207.410)</u>	<u>-</u>	<u>3.489</u>	<u>(775.759)</u>	<u>(203.921)</u>	<u>143.665</u>	<u>(632.094)</u>	<u>(449.062)</u>

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

g) Taxas anuais de depreciação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

		2023		2022	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	3,65%	(656.355)	141.809	(514.546)	(361.335)
Pesquisa e desenvolvimento	6,25%	(2.972)	1.856	(1.116)	(1.259)
		(659.327)	143.665	(515.662)	(362.594)
Em Curso					
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	-	(116.432)	-	(116.432)	(86.468)
		(775.759)	143.665	(632.094)	(449.062)

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos e; (iii) intangíveis da concessão gerados nas aquisições das controladas Piratininga (PBTE) e SF Energia que têm como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão, amortizados de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão da PBTE (contrato 012/2016) com vencimento em novembro de 2046.

a) Ativo intangível em Serviço

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transfe-rências (C)</u>	<u>Reavalia-ção</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amorti-zação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissã o										
Servidões	209.411	-	-	383	-	209.794	383	-	209.794	209.411
Softwares	97	-	-	-	-	97	-	(97)	-	-
Ajuste ao valor justo	<u>1.491.019</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.491.019</u>	<u>-</u>	<u>(119.787)</u>	<u>1.371.232</u>	<u>1.431.057</u>
Administraç ão										
Softwares	<u>68.220</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.228</u>	<u>-</u>	<u>69.448</u>	<u>1.228</u>	<u>(62.831)</u>	<u>6.617</u>	<u>9.806</u>
Subtotal	<u>1.768.747</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.611</u>	<u>-</u>	<u>1.770.358</u>	<u>1.611</u>	<u>(182.715)</u>	<u>1.587.643</u>	<u>1.650.274</u>

b) Ativo intangível em Curso

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transfe-rências (C)</u>	<u>Reavali-ação</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amorti-zação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão										
Servidões	704	8.633	-	(409)	-	8.928	8.224	-	8.928	704
Outros	<u>-</u>	<u>4.543</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.543</u>	<u>4.543</u>	<u>-</u>	<u>4.543</u>	<u>-</u>
Administração										
Softwares	<u>11.894</u>	<u>9.199</u>	<u>-</u>	<u>(1.597)</u>	<u>-</u>	<u>19.496</u>	<u>7.602</u>	<u>-</u>	<u>19.496</u>	<u>11.894</u>
Subtotal	<u>12.598</u>	<u>22.375</u>	<u>-</u>	<u>(2.006)</u>	<u>-</u>	<u>32.967</u>	<u>20.369</u>	<u>-</u>	<u>32.967</u>	<u>12.598</u>
Total do Ativo Intangível	<u>1.781.345</u>	<u>22.375</u>	<u>-</u>	<u>(395)</u>	<u>-</u>	<u>1.803.325</u>	<u>21.980</u>	<u>(182.715)</u>	<u>1.620.610</u>	<u>1.662.872</u>

Os valores de transferências referem-se a reclassificações entre bens do ativo imobilizado e ativo intangível.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

		<u>2023</u>	<u>2022</u>		
	<u>Taxas anuais médias de amortização (%)</u>	<u>Bruto</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
Em Serviço					
Transmissão					
Servidões		79.478	-	79.478	79.095
Servidões reavaliação		130.316	-	130.316	130.316
Softwares	20,00%	97	(97)	-	-
Ajuste ao valor justo		1.491.019	(119.787)	1.371.232	1.431.057
Administração					
Softwares	20,00%	69.448	(62.831)	6.617	9.806
		<u>1.770.358</u>	<u>(182.715)</u>	<u>1.587.643</u>	<u>1.650.274</u>
Em Curso					
Transmissão		13.471	-	13.471	704
Administração		19.496	-	19.496	11.894
		<u>32.967</u>	<u>-</u>	<u>32.967</u>	<u>12.598</u>
		<u>1.803.325</u>	<u>(182.715)</u>	<u>1.620.610</u>	<u>1.662.872</u>

d) Composição das adições do intangível em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	<u>Serviços de terceiros</u>	<u>Outros gastos</u>	<u>Total</u>
Servidão de passagem	8.628	-	8.628
Software	9.019	-	9.019
Outros	4.549	179	4.728
Total das adições	<u>22.196</u>	<u>179</u>	<u>22.375</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14 Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

a) Composição dos saldos

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo	Adim plente	Data da captação / repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data do próximo pgto de juros	Frequência de pgto de juros	Data da próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
Moeda nacional	98.757	532.691	8.501.010	9.132.458											
BNDES 13.2.1344.1 (i)	305	19.543	83.073	102.921	Sim	Jun-16	Recebíveis	TJLP	1,80%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/03/29	Mensal	SAC
BNDES 13.2.1344.1 - PSI (i)	1	852	-	853	Sim	Jun-16	Recebíveis	Não há	3,50%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/01/24	Mensal	SAC
BNDES 13.2.1344.1 - Social	(156)	163	26	33	Sim	Jun-16	Recebíveis	TJLP	0,00%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/11/29	Mensal	SAC
BNDES 17.2.0291.2	624	19.813	143.197	163.634	Sim	Jan-17	Recebíveis	TJLP	2,62%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/03/32	Mensal	SAC
BNDES 17.2.0291.2 – Social	(111)	118	32	39	Sim	Jan-17	Recebíveis	TJLP	0,00%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/03/32	Mensal	SAC
BNDES 21.2.0416.1	840	18.641	314.927	334.408	Sim	Jan-22	Recebíveis	TLP	2,01%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/12/41	Mensal	SAC

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo	Adimplente	Data da captação / repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data do próximo pgto de juros	Frequência de pgto juros	Data da próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
Debêntures 5ª emissão	10.657	419.601	22	430.280	Sim	Mar-17	Sem garantias	IPCA	5,04%	15/02/24	Anual	15/02/24	15/02/24	Bullet	Outros
Debêntures 7ª emissão	2.109	-	843.014	845.123	Sim	Mai-18	Sem garantias	IPCA	4,70%	15/04/24	Semestral	15/04/25	15/04/25	Bullet	Outros
Debêntures 8ª emissão	(2.179)	-	512.276	510.097	Sim	Dez-19	Sem garantias	IPCA	3,50%	15/06/24	Semestral	15/12/27	15/12/29	Anual	Outros
Debêntures 9ª emissão – 1ª Série	12.457	-	796.698	809.155	Sim	Dez-20	Não Há	CDI	2,83%	15/05/24	Semestral	15/11/26	15/03/28	Anual	Outros
Debêntures 9ª emissão – 2ª Série	10.108	35.639	818.817	864.564	Sim	Dez-20	Não Há	IPCA	5,07%	15/05/24	Semestral	15/05/24	15/05/44	Semestral	Outros
10ª Debêntures	17.676	18.321	868.837	904.834	Sim	Fev-21	Não Há	IPCA	6,04%	15/07/24	Semestral	15/05/24	15/11/44	Semestral	Outros
Debêntures 11ª emissão – 1ª Série	773	-	739.193	739.966	Sim	Out-21	Não Há	IPCA	5,77%	15/04/24	Semestral	15/10/31	15/10/31	Anual	Outros
Debêntures 11ª emissão – 2ª Série	999	-	303.033	304.032	Sim	Out-21	Não Há	IPCA	5,86%	15/04/24	Semestral	15/10/37	15/05/39	Semestral	Outros
12ª Debêntures	18.222	-	698.684	716.906	Sim	Abr-22	Não há	CDI	1,55%	15/04/24	Semestral	15/04/27	15/04/29	Anual	Outros
13ª Debêntures	19.850	-	548.431	568.281	Sim	Mar-23	Não há	CDI	1,50%	15/03/24	Semestral	15/03/24	15/03/30	Bullet	Outros
Debêntures 14ª emissão – 1ª Série	2.467	-	762.213	764.680	Sim	Out-23	Não há	IPCA	6,26%	15/04/24	Semestral	15/10/32	15/10/33	Anual	Outros
Debêntures 14ª emissão – 2ª Série	4.115	-	1.068.537	1.072.652	Sim	Out-23	Não há	IPCA	6,44%	15/04/24	Semestral	15/10/36	15/10/38	Anual	Outros

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Moeda nacional

Contrato	Empresa	Valor da captação	Data de início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	2023	2022
BNDES												
Contrato 13.2.1344.1 (*)	CTEEP	284.136	23.12.2013	TJLP +	8,35%	15.03.2029	Plano de Investimentos Plurianual 2012 - 2015	Juros trimestrais até março de 2015 e Pagamento de Principal e Juros mensais a partir de abril 2015	Cessão Fiduciária	Dívida líquida/ EBITDA ajustado < 3,5 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL < 0,7	102.921	121.158
		105.231		3,50% a.a.	3,60%	15.01.2024					853	11.069
		1.940		TJLP	6,17%	15.03.2029					33	26
Contrato 17.2.0291.2 (*)	CTEEP	271.161	08.08.2017	TJLP +	7,04%	15.03.2032	Plano de Investimentos Plurianual 2016-2019	Principal e Juros mensais a partir de 15 de abril de 2018	Cessão Fiduciária		163.634	181.511
	CTEEP	1.360		TJLP	4,98%	15.03.2032					39	32
Contrato 21.2.0416.1 (*)	CTEEP	567.400	23.01.2022	TLP +	8,00%	15.12.2041	Plano de Investimentos Melhorias 2020- 2022	Principal e Juros mensais a partir de 15 de julho de 2022	Cessão Fiduciária		334.408	232.054
Notas Promissórias (**)	CTEEP	1.200.000	06.05.2021	CDI +	9,6%	06.05.2024	-	Principal e Juros no final	-	-	-	1.422.875
Debêntures 5ª emissão	CTEEP	300.000	30.03.2017	IPCA +	6,9%	15.02.2024	Pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos em reforços e melhorias de instalação de transmissão, compreendendo a instalação, a substituição ou a reforma	Juros Anuais e Principal Bullet	-	Dív liq/EBITDA < 3,5 e EBITDA / Resultado Financ> 2,0	430.280	408.151
Debêntures 7ª emissão	CTEEP	621.000	02.05.2018	IPCA +	6,5%	15.04.2025	Reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do aviso de encerramento da oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos das controladas e controladas em conjunto em fase pré operacionais	Juros Semestrais e Principal Bullet	-	-	845.123	804.803

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Contrato	Empresa	Valor da captação	Data de início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	2023	2022
Debêntures 8ª emissão	CTEEP	409.325	20.12.2019	IPCA + 3,50%	5,6%	15.12.2029	Reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do aviso de encerramento da oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos das controladas e controladas em conjunto em fase pré operacionais	Semestrais e Principal Bullet	-	-	510.097	484.568
Debêntures 9ª emissão 1ª serie	CTEEP	800.000	01.12.2020	CDI + 2,83%	8,3%	15.11.2028	Reforço de capital de giro e alongamento do passivo financeiro	Juros Semestrais e Principal 6º, 7º e 8º anos	-	-	809.155	810.145
Debêntures 9ª emissão 2ª serie	CTEEP	800.000	01.12.2020	IPCA+ 5,30%	9,6%	15.05.2044	Reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do aviso de encerramento da oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos das controladas e controladas em conjunto	Juros e Principal Semestrais	-	-	864.564	853.959
Debêntures 10ª emissão	CTEEP	672.500	15.02.2021	IPCA + 6,04%	9,0%	15.07.2044	Reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do aviso de encerramento da oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos das controladas	Juros e Principal Semestrais	-	-	904.834	820.100
Debêntures 11ª emissão 1ª serie	CTEEP	668.833	15.10.2021	IPCA + 5,77%	9,5%	15.10.2031	Reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do aviso de encerramento da oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos das controladas	Juros Semestrais e Principal Bullet	-	-	739.966	704.163

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Contrato	Empresa	Valor da captação	Data de início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	2023	2022
Debêntures 11ª emissão 2ª serie	CTEEP	281.167	15.10.2021	IPCA + 5,86%	10,0%	15.10.2039	Reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do aviso de encerramento da oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos das controladas	Juros Semestrais e Principal no 16º, 17º e 18º anos	-	-	304.032	289.176
Debêntures 12ª emissão	CTEEP	700.000	15.04.2022	CDI + 1,50%	13,5%	15.04.2029	Reforço de capital de giro e alongamento do passivo financeiro	Juros Semestrais e Principal no 5º, 6º e 7º anos	-	-	716.906	719.003
Debêntures 13ª emissão	CTEEP	550.000	15.03.2023	CDI + 1,50%	13,2%	15.04.2030	Reforço de capital de giro e alongamento do passivo financeiro	Juros Semestrais e Principal Bullet	-	-	568.281	-
Debêntures 14ª emissão 1ª serie	CTEEP	783.786	15.10.2023	IPCA + 6,26%	10,6%	15.10.2033	Investimento em Projetos Greenfield	Juros Semestrais e Principal no 9º e 10º anos	-	-	764.680	-
Debêntures 14ª emissão 2ª serie	CTEEP	1.116.214	15.10.2023	IPCA + 6,44%	10,8%	15.10.2038	Investimento em Projetos Greenfield	Juros Semestrais e Principal no 13º, 14º e 15º anos	-	-	1.072.652	-
Total em moeda nacional											9.132.458	7.161.593
Circulante											631.448	152.412
Não circulante											8.501.010	7.710.381

(*) Para fins de cálculo e comprovação dos indicadores financeiros conforme estipulado e requerido nos contratos junto ao BNDES, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

(**) Em 27 de novembro de 2023, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo total das notas promissórias comerciais de sua 8ª emissão.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Todas as exigências e cláusulas restritivas (“*covenants* financeiros e não financeiros”) estabelecidas nas escrituras das emissões estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

As debêntures não são conversíveis em ações. O montante de custos de emissão referentes às operações financeiras relacionadas, até 31 de dezembro de 2023, totaliza R\$257.937. O saldo de custos remanescentes a serem apropriados a partir de 31 de dezembro de 2023 é de R\$203.951.

O cronograma de vencimento da amortização de principal e juros de longo prazo, estão distribuídos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030+</u>	<u>Total</u>
Moeda nacional	969.924	393.844	797.686	798.631	522.038	5.018.887	8.501.010
Debêntures 5ª Emissão	22	-	-	-	-	-	22
Debêntures 7ª Emissão	843.014	-	-	-	-	-	843.014
Debêntures 8ª Emissão	-	-	170.759	170.759	170.758	-	512.276
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	-	265.566	265.566	265.566	-	-	796.698
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	33.590	33.873	34.062	35.008	36.428	645.856	818.817
Debêntures 10ª Emissão	35.465	36.572	36.571	36.571	38.787	684.871	868.837
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	-	-	-	-	-	739.193	739.193
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	-	-	-	-	-	303.033	303.033
Debêntures 12ª Emissão	-	-	232.895	232.895	232.894	-	698.684
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	-	-	548.431	548.431
Debêntures 14ª Emissão – 1ª Série	-	-	-	-	-	762.213	762.213
Debêntures 14ª Emissão – 2ª Série	-	-	-	-	-	1.068.537	1.068.537
BNDES 13.2.1344.1	19.546	19.546	19.546	19.546	4.889	-	83.073
BNDES 13.2.1344.1 - Social	6	6	6	6	2	-	26
BNDES 17.2.0291.2	19.751	19.751	19.751	19.751	19.751	44.442	143.197
BNDES 17.2.0291.2 - Social	4	4	4	4	4	12	32
BNDES 21.2.0416.1	18.526	18.526	18.526	18.525	18.525	222.299	314.927

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Saldos em 2021	7.161.593
Adições	926.960
Custos de Transação	(4.984)
Pagamentos de principal	(736.448)
Pagamentos de juros	(411.759)
Juros e variações monetárias e custos da transação	927.459
Transferência	(28)
Saldos em 2022	7.862.793
Adições	2.555.000
Custos de Transação	(87.588)
Pagamentos de principal	(1.297.484)
Pagamentos de juros	(906.828)
Juros e variações monetárias e custos da transação	1.006.565
Saldos em 2023	9.132.458

d) Composição dos ativos financeiros

	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total em 2023
Caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.223.360	-	1.223.360
Caixa restrito	6.657	1.437	8.094
Total dos Ativos Financeiros	1.230.017	1.437	1.231.454

e) Composição do endividamento e dívida líquida

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + LP	2023	2022
Dívida bruta					
Moeda nacional	98.757	532.691	8.501.010	9.132.458	7.862.793
Ativos financeiros	-	(1.230.017)	(1.437)	(1.231.454)	(805.764)
Dívida líquida				7.901.004	7.057.029

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15 Arrendamentos

<u>Contrato</u>	<u>Valor Contratual</u>	<u>Data início</u>	<u>Taxa</u>	<u>Data Final</u>	<u>Forma de pagamento</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Arrendamento de veículos	17.883	15.03.2019	0,60%a.m.	14.03.2024	principal e juros mensais	2.209	9.645
Arrendamento de imóveis	43.652	01.06.2019	0,59%a.m.	30.06.2029	principal e juros mensais	24.269	44.968
Total de arrendamento						26.478	54.613
Circulante						5.978	13.777
Não circulante						20.500	40.836

O cronograma de vencimento da amortização de principal e juros de longo prazo, estão distribuídos como segue:

<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028+</u>	<u>Total</u>
4.044	4.211	4.587	7.658	20.500

a) Movimentação dos arrendamentos

Saldos em 2021	-
Transferência	28
Adoção pelo MCSE em 01.01.2022	55.241
Adições	12.381
Pagamentos	(14.014)
Juros	977
Saldos em 2022	54.613
Adições	186
Pagamentos	(14.186)
Juros	2.373
Baixas (*)	(16.508)
Saldos em 2023	26.478

(*) Baixa referente a remensuração para refletir alterações do contrato com o fornecedor, abrangendo o período de maio de 2023 a abril de 2026.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
COFINS	37.983	33.853
PIS	7.907	7.007
INSS	11.891	7.253
ISS	4.477	1.670
FGTS	1.475	1.098
Imposto de renda retido na fonte	7.088	5.773
Imposto de renda sobre Juros sobre capital próprio	-	105.000
Outros	25.252	24.175
	<u>96.073</u>	<u>185.829</u>

17 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	53.859	41.462
Reserva Global de Reversão – RGR (ii)	-	548
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (iii)	18.004	29.523
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.404	5.144
	<u>76.267</u>	<u>76.677</u>
Circulante	<u>49.035</u>	<u>59.858</u>
Não circulante	<u>27.232</u>	<u>16.819</u>

(i) A Companhia e suas controladas reconhecem obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. O total aplicado em projetos não concluídos até 31 de dezembro de 2023 soma R\$52.462 (R\$37.649 em 31 de dezembro de 2022) e está registrado na rubrica de outros ativos.

(ii) Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783, a partir de 1º de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei, ficaram desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de RGR a pagar refere-se ao complemento do encargo referente ao exercício de 2010, conforme despacho ANEEL nº 2.513/2012, revogado pelo despacho 034/2013.

(iii) A CDE é um encargo o qual a transmissora tem a obrigação de intermediar repasse a partir dos valores arrecadados dos consumidores livres.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Férias e encargos sociais	42.735	17.229
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	21.205	36.581
	<u>63.940</u>	<u>53.810</u>

19 Provisões e contingências

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais e administrativas são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia e suas controladas. As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As demandas judiciais com probabilidade de perda provável são como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhistas (i)	45.476	41.836
Cíveis (ii)	50.381	45.332
Tributárias – IPTU (iii)	5.070	26.075
Outros	124	(236)
	<u>101.052</u>	<u>113.007</u>

(i) Trabalhistas

A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos dos processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$24.916 (R\$24.792 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota 10.

(ii) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a questões imobiliárias, indenizações, cobranças, anulatórias e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, sendo que o principal valor se refere ao processo relacionado aos valores remanescente da indenização das instalações NI, reclassificado para demandas judiciais no exercício de 2021.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A indenização decorrente da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei nº 12.783/2013, referente às instalações do NI correspondia ao montante original de R\$2.891.291, atualizado R\$2.949.121, conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais, e que vinham sendo repassados à Companhia pela Eletrobras. No entanto, sobre essas parcelas remanescentes, ainda existem discussões quanto à forma de atualização. Atendendo solicitação do TCU (Tribunal de Contas da União), a ANEEL efetuou uma revisão dos valores repassados à título da indenização das instalações do NI a todas as concessionárias e entendeu que ocorreram equívocos no cálculo de atualização, gerando pagamentos a maior para as concessionárias. A Eletrobras, embora reconheça que haja equívocos no cálculo, contestou o entendimento da ANEEL sobre o tema.

A Companhia, pautada em laudo econômico independente e opinião de seus assessores jurídicos, tem interpretação divergente em relação à forma de atualização aplicada pela ANEEL, e com base nisto mantém registrada a sua melhor estimativa para o valor em questão, no total de R\$48.869, excluindo multa e mora que seriam devidos a favor da Companhia, tendo em vista atrasos ocorridos nos repasses. A Eletrobras ajuizou ação de cobrança contra a ISA CTEEP e em 17 de dezembro de 2020 foi publicada decisão determinando a devolução do valor recebido a maior pela Companhia, com abatimento do valor dos efeitos decorrentes da mora, em razão do pagamento das parcelas da indenização com atraso. A Eletrobras e a Companhia interpuseram recurso, pendente de julgamento, e a apuração dos valores dependerá de liquidação no processo.

(iii) Tributárias - IPTU

A Companhia está envolvida em processos tributários referente a cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo. No exercício de 2023, foram liquidados processos do período de 2005 a 2007.

(iv) Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Tributárias - IPTU</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 2021	44.823	56.374	2.589	1.370	105.156
Constituição	11.655	409	22.917	1.992	36.973
Reversão	(7.539)	(17.225)	(36)	(3.718)	(28.518)
Pagamento	(11.609)	(818)	(16)	-	(12.443)
Atualização	4.506	6.592	621	120	11.839
Saldos em 2022	41.836	45.332	26.075	(236)	113.007
Constituição	15.020	2.592	204	123	17.939
Reversão	(12.020)	(638)	(5.667)	236	(18.089)
Pagamento	(3.579)	(39)	(17.484)	-	(21.102)
Atualização	4.219	3.134	1.942	2	9.297
Saldos em 2023	45.476	50.381	5.070	125	101.052

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível, previdenciária e tributária, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$949.827 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.032.316 em 31 de dezembro de 2022).

Classificação	2023	2022
Trabalhistas	26.893	20.438
Previdenciárias	8.168	3.297
Cíveis	145.753	146.985
Cíveis – Fundiários	7.319	4.926
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i)	380.322	558.656
Tributárias – Amortização ágio (ii)	190.234	188.016
Tributárias – CSLL base negativa (iii)	49.243	40.982
Tributárias – IPTU	107.625	60.590
Tributárias – Outros	34.270	8.426
	949.827	1.032.316

(i) Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP

- **Ação Declaratória**

Ação Ordinária na qual acionistas minoritários pleiteiam a nulidade da incorporação da Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE) pela Companhia ou, de forma subsidiária, a declaração de seu direito de recesso e determinação do pagamento do valor de reembolso de suas ações. Após acolhimento do pedido de retirada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, os acionistas minoritários iniciaram cumprimento de sentença, levando a Companhia a apresentar impugnação. A impugnação foi julgada parcialmente procedente pelo Tribunal (agosto de 2022) para, em termos práticos, determinar a liquidação dos valores, com posterior devolução das ações pelos minoritários - há recursos no Superior Tribunal de Justiça que discutem essa decisão, incluindo da Companhia, que busca a extinção do direito dos minoritários. Em paralelo, foi iniciada a etapa de liquidação de sentença com determinação de produção de prova documental para que se tenha informação idônea e fidedigna da quantidade de ações que os acionistas minoritários possuíam na data da operação societária. Essa prova foi deferida para viabilizar o cálculo de eventual crédito que os minoritários possam ter decorrente de suas respectivas posições acionárias na data da incorporação (31 de outubro de 2001), bem como identificar a quantidade de ações que eles consequentemente deverão devolver à Companhia.

Além das defesas apresentadas acima, em 22 de janeiro de 2015 a Companhia ingressou com ação rescisória contra a decisão que reconheceu direito de retirada dos acionistas minoritários e obteve decisão liminar condicionando eventual levantamento de valores pelos autores à apresentação de caução idônea. Em 22 de outubro de 2019 a ação rescisória foi julgada improcedente por maioria de votos e a Companhia interpôs recurso ao Superior Tribunal de Justiça, que foi admitido e aguarda julgamento.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- **Ação de Indenização**

Em outubro de 2020, a Companhia foi citada de nova ação ajuizada por parte dos acionistas minoritários, pleiteando que a indenização pelo valor das ações seja calculada com base no laudo RBSE. Os acionistas minoritários apresentaram parecer técnico econômico indicando pretensão da causa da ordem de R\$133 milhões. A Companhia manifestou-se sobre o parecer técnico apresentado pelos minoritários e apresentou parecer técnico-regulatório. Em 25 de agosto de 2022 a ação foi julgada improcedente e foi apresentado recurso pelos acionistas minoritários. Considerando a decisão favorável e o estágio atual do litígio, a probabilidade de perda é classificada como remota.

(ii) Tributárias – Amortização do ágio

Processos decorrentes de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) entre 2013 a 2017, competência de 2008 a 2013, referentes à operação de ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Companhia.

O caso de 2008 foi julgado pela última instância do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) com decisão desfavorável. Foi interposta ação judicial, com sentença parcialmente procedente para a Companhia (reconheceu a operação para IRPJ mas não para CSLL). Foi interposto recurso para a segunda instância judicial, julgado em 20 de novembro de 2023 com decisão totalmente favorável para a Companhia.

Os casos envolvendo os exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012 tiveram decisão favorável definitiva na Câmara Superior do CARF.

O exercício de 2013 teve decisão parcialmente favorável à Companhia no primeiro julgamento. Foi apresentado recurso, julgado em 07 de novembro de 2023 com decisão totalmente favorável para a Companhia.

(iii) Tributárias – CSLL Base Negativa

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, referente a composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Processo administrativo com encerramento desfavorável no CARF pelo voto de qualidade. A Companhia discute o tema no Judiciário e obteve liminar favorável para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Em setembro de 2020, o processo foi julgado de forma desfavorável à Companhia e foi apresentado recurso, que ainda pende de julgamento, entretanto, foi proferida decisão favorável à empresa, suspendendo a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia.

(c) Processos com probabilidade de perda classificada como remota

(i) PIS e COFINS

A Companhia defende atualmente autos de infração de PIS e COFINS relativos aos anos de 2003 a 2011, sob o entendimento de que a Companhia estaria sujeita ao regime da cumulatividade. A Companhia adotava o regime cumulativo até o ano de 2003. Com a mudança da legislação, a partir de outubro de 2003 a regra geral tornou-se a não-cumulatividade, com exceção de receitas que se enquadravam em 4 requisitos i) contratos firmados antes de outubro A Companhia defende atualmente autos de infração de PIS e COFINS relativos aos anos de 2003 a 2011, sob o entendimento de que a Companhia estaria sujeita ao regime da cumulatividade. A Companhia adotava o regime cumulativo até o ano de 2003. Com a mudança da legislação, a partir de outubro de 2003 a regra geral tornou-se a não-cumulatividade, com exceção de receitas que se enquadravam em 4 requisitos i) contratos firmados antes de outubro de 2003, ii) com prazo superior a um ano, iii) preço pré-determinado, iv) para aquisição de bens ou serviços. Uma vez que a receita do SE (contrato 059/2001 anterior a Lei nº 12.783/2013) se enquadra nestes requisitos, e atendendo inclusive à orientação da ANEEL, a Companhia pediu a compensação dos valores pagos a maior no período em que fez recolhimentos no regime não cumulativo e passou a tributar a parcela da receita do SE pelo sistema cumulativo para PIS e COFINS.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 2009 a Companhia apresentou 48 Declarações de Compensação (DCOMPs) pleiteando a homologação das compensações realizadas para aproveitar o crédito dos valores pagos indevidamente a título de PIS/COFINS pelo regime da não-cumulatividade no período de fevereiro a outubro de 2004. A tese discutida é a de que o reajuste dos contratos pelo IPG-M não descaracteriza o preço pré-determinado, respeitados os demais requisitos previstos na legislação, devendo ser mantida a apuração pelo regime cumulativo. Foram proferidos despachos decisórios não homologando as compensações. A Companhia apresentou recursos voluntários, pendentes de julgamento. Referidos processos possuem valor envolvido atualizado de R\$223 milhões.

Atualmente, os casos para o período de 2003 a 2010, que atualizados totalizam aproximadamente R\$1.614 milhões, foram encerrados no CARF com decisão desfavorável a Companhia. No ano de 2022 a Companhia ajuizou ação judicial para discutir o mérito do tema para os referidos períodos e obteve decisão liminar suspendendo a cobrança sem a necessidade de apresentação de garantia.

O processo envolvendo o exercício de 2011, teve julgamento desfavorável à Companhia na primeira instância do CARF. A Câmara Baixa do CARF determinou que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional analisasse o laudo elaborado por consultoria especializada, o qual foi analisado e validado. Em setembro de 2022 houve julgamento na Câmara Baixa do CARF com decisão favorável à Companhia. A Fazenda apresentou recurso desta decisão, o qual foi inadmitido em 17 de julho de 2023, com arquivamento do processo em 20 de julho de 2023.

(ii) Cobrança Regressiva Eletropaulo

O débito discutido tem origem em 1989, quando a Eletrobras ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, referente a saldo de contrato de financiamento. Em outubro de 2001, a Eletrobras promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429,0 milhões da Eletropaulo e R\$49,0 milhões da EPTe, empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo, realizada em dezembro de 1997. Em novembro de 2001, a Companhia incorporou a EPTe e não constituiu provisão para a contingência, por entender que tal débito é de responsabilidade da Eletropaulo face à não transferência desta contingência quando do processo de cisão. No ano de 2018 Eletrobras e Eletropaulo celebraram acordo para quitar o débito, no valor de R\$1,4 bilhões para a Eletrobras e no mesmo ano o acordo foi homologado e a CTEEP excluída da lide. Em outubro de 2018 a Eletropaulo recorreu na tentativa de trazer a CTEEP de volta à lide. Em 2019 o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou o recurso e confirmou a homologação integral do acordo e a exclusão da CTEEP da lide, decisão já transitada em julgado.

A Companhia responde à ação de cobrança regressiva ajuizada pela Eletropaulo em março de 2021 pretendendo o reconhecimento da responsabilidade da Companhia por todo débito oriundo do contrato de financiamento firmado entre a Eletropaulo (ENEL) e a Eletrobrás e sua condenação no reembolso das parcelas vencidas e vincendas do acordo celebrado pela Eletropaulo e no pagamento de custas e verbas sucumbenciais (até 20% do valor discutido).

Em 2021 foi proferida decisão favorável à Companhia, julgando a ação improcedente em 1ª instância. As partes apresentaram recurso. Em setembro de 2023 foi proferida decisão favorável à Companhia em 2ª instância, negando provimento ao recurso da Eletropaulo (ENEL). O processo possui valor atualizado de R\$2.413 milhões.

20 Benefício Pós Emprego/ Valores a pagar – Vivest (antiga Funcesp)

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão por morte mantidos com a Vivest (antiga Funcesp), que somado aos custos administrativos do fundo apresenta saldo de R\$731 em 31 de dezembro de 2023 (R\$823 em 31 de dezembro de 2022), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano de aposentadoria e pensão - PSAP/CTEEP

Em 15 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a retirada do Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (“PSAP/CTEEP”). O processo de retirada do patrocínio se encontra suspenso em razão de liminar em ação judicial movida por sindicatos e uma associação.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 13 de novembro de 2023 a VIVEST submeteu à PREVIC pedido de alteração do Regulamento PSAP/CTEEP para substituição do indexador dos benefícios do Plano (de IGP-DI para IPCA) e fechamento do plano para novas adesões. Na hipótese de anuência da PREVIC a Companhia não seguirá com o processo de retirada de patrocínio.

A Companhia segue acompanhando a evolução do assunto, não sendo possível, em 31 de dezembro de 2023, a mensuração de eventuais impactos adicionais nas demonstrações contábeis regulatórias.

O PSAP/CTEEP abriga os seguintes subplanos:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) – (Plano “B”);
- Benefício definido (BD) – (Plano “B1”);
- Contribuição variável (CV) - (Plano “B1”).

O PSAP/CTEEP, regido pela Lei Complementar nº 109/2001 e administrado pela Vivest (antiga Funcesp), tem por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão por morte, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O PSAP/CTEEP originou-se da cisão do PSAP/CESP B1 em 1 de setembro de 1999 e abrange a totalidade dos participantes transferidos para a Companhia. Em 1 de janeiro de 2004, houve a incorporação do PSAP/EPTE pelo PSAP/Transmissão, cuja denominação foi alterada a partir dessa data para PSAP/Transmissão Paulista e a partir de 1 de dezembro de 2014 alterado para PSAP/CTEEP.

O subplano chamado “BSPS” refere-se ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado decorrente do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/CESP B, transferido para este Plano em 1º de setembro de 1999, e ao PSAP/Eletropaulo Alternativo, transferido para este Plano, a partir da incorporação do PSAP/EPTE ocorrida em 1 de janeiro de 2004 calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época.

O subplano “BD” define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e participantes, incidentes sobre 70% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de manter seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial. Esse subplano proporciona benefícios de renda vitalícia de aposentadoria e pensão por morte para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social.

O subplano “CV” define contribuições voluntárias de participantes com contrapartida limitada da Companhia, incidentes sobre 30% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de proporcionar uma suplementação adicional nos casos de aposentadoria e pensão por morte. Na data de início de recebimento do benefício, o subplano de Contribuição Variável (CV) pode tornar-se de Benefício Definido (BD), caso a renda vitalícia seja escolhida pelo participante como forma de recebimento desta suplementação.

(i) Avaliação atuarial

Para a avaliação atuarial do PSAP/CTEEP, elaborada por atuário independente, foi adotado o método do crédito unitário projetado.

Em 31 de dezembro de 2023 o PSAP/CTEEP apresentava déficit atuarial, calculado em conformidade com metodologia prevista no CPC 33, de R\$401.059 (R\$153.836 em 31 de dezembro de 2022).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As principais informações financeiro-atuariais estão destacadas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valor reconhecido no balanço patrimonial da entidade		
Obrigação de benefício definido	(4.889.433)	(4.658.194)
Valor justo do ativo do plano	<u>4.488.374</u>	<u>4.504.358</u>
Superávit/ (Déficit)	(401.059)	(153.836)
Superávit irrecuperável (Efeito do limite de ativo)		-
(Passivo)/ Ativo líquido	(401.059)	(153.836)
Movimentação no superávit irrecuperável		
Superávit irrecuperável no final do ano anterior	-	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	-	-
Mudança do superávit irrecuperável durante o exercício	-	-
Superávit irrecuperável no final do ano	-	-
Reconciliação da obrigação de benefício definido		
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	(4.658.194)	(5.058.556)
Custo do serviço corrente	(9.982)	(19.199)
Custo dos juros	(465.713)	(458.470)
Benefício pago pelo plano	414.321	399.272
Contribuição de participante	(2.012)	(3.666)
Ganho/ (Perda) atuarial	<u>(167.853)</u>	<u>482.425</u>
Obrigação de benefício definido no final do ano	(4.889.433)	(4.658.194)
Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	4.504.358	4.593.102
Retorno esperado dos investimentos	451.940	414.764
Contribuição paga pela empresa	30.160	3.686
Contribuição de participante	2.012	3.666
Benefício pago pelo plano	(414.321)	(399.272)
Ganho/ (Perda) sobre o retorno dos investimentos	<u>(85.775)</u>	<u>(111.588)</u>
Valor justo do ativo do plano no final do ano	4.488.374	4.504.358

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Componentes de (custo)/ receita de benefício definido		
Custo do serviço corrente	(9.982)	(19.199)
Juros sobre a obrigação de benefício definido	(465.713)	(458.470)
(Juros) / rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	451.940	414.764
Juros sobre o superávit irrecuperável	-	-
Custo da obrigação de benefício definido no resultado da empresa	(23.755)	(62.905)
Redimensionamento em outros resultados abrangentes ("ORA")		
Ganho / (Perda) atuarial	(167.853)	482.425
Ganho / (Perda) sobre o retorno dos investimentos	(85.775)	(111.588)
Mudança do superávit irrecuperável durante o exercício	-	-
Redimensionamento da obrigação incluído em "ORA"	(253.628)	370.837
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em "ORA"	(253.628)	307.932
Reconciliação do valor líquido do (passivo)/ ativo de benefício definido		
(Passivo) / Ativo líquido no final do ano anterior	(153.836)	(465.454)
Custo da obrigação de benefício definido no resultado da empresa (*)	(23.755)	(62.905)
Redimensionamento da obrigação incluído em "ORA"	(253.628)	370.837
Contribuição paga pela empresa	30.160	3.686
(Passivo) / Ativo líquido no final do ano	(401.059)	(153.836)
Estimativa de custos para o exercício seguinte		
Custo da obrigação de benefício definido	(44.624)	(23.755)
Valor estimado para o exercício seguinte	(44.624)	(23.755)
Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas		
Obrigação de benefício definido (taxa de juros - 100 pontos básicos)	5.418.142	5.143.326
Obrigação de benefício definido (taxa de juros + 100 pontos básicos)	4.444.524	4.248.587
Fluxos de caixa esperados para o próximo ano e duração do compromisso		
Contribuição esperada de empresa	61.695	42.967
Contribuição esperada dos participantes	2.967	4.633
Total Previsto de pagamentos de benefício pelo plano:		
Ano 1	372.937	370.512
Ano 2	386.080	384.499
Ano 3	399.920	398.357
Ano 4	413.598	413.105
Ano 5	427.255	427.619
5 anos subsequentes	2.338.051	2.358.420
Duração dos compromissos do plano	10,0 anos	10,3 anos

(*) Despesa registrada na rubrica despesas gerais e administrativas

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Composição da Carteira de Investimentos (em R\$)		
Renda fixa	3.945.017	3.449.661
Renda variável	300.586	712.016
Investimentos estruturados	122.156	150.399
Investimentos no exterior	60.341	80.911
Imóveis	46.094	87.574
Operações com participantes	14.180	23.797
	4.488.374	4.504.358
Principais premissas financeiras e atuariais		
Taxa de desconto nominal	9,58% a.a.	10,41% a.a.
Taxa de crescimento salarial nominal	0,65% a.a.	5,39% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua geral de mortalidade	AT-2000 (M/F) (*)	AT-2000 (M/F) (*)
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability M (**)	Mercer Disability (**)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949 M (*)	AT-1949 (*)
Rotatividade	Exp.Vivest 2013-2021	Exp.Vivest 2013-2021
(*) suavizada em 10%		
(**) suavizada em 30%		
Dados Demográficos		
nº de participantes ativos	1.086	1.221
nº de coligados	138	126
nº de beneficiários assistidos	2.884	2.839

(ii) Contratos com a Vivest

A Companhia, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial existente no PSAP/CTEEP, em conformidade com a legislação vigente, formalizou instrumentos jurídicos com a VIVEST em 2022, na forma de contratos de confissão de dívida, os quais representam na prática, um compromisso da Companhia de garantir o fluxo futuro de pagamentos, na qualidade de patrocinadora dos planos, no valor total de R\$398.791, sendo:

- O primeiro contrato, firmado em 07 de março de 2022, no montante líquido de R\$11.193, apurado em 31 de dezembro de 2020, constante de Parecer Atuarial específico, corresponde à parcela da ISA CTEEP do déficit do subplano CV do PSAP/CTEEP. O prazo de amortização ficou estabelecido em 16,73 anos (201 meses).
- Em 26 de dezembro de 2022 dois novos contratos foram firmados, nos montantes líquidos de R\$372.761 e R\$14.837, apurados em 31 de dezembro de 2021, constantes de Parecer Atuarial específico, correspondentes às parcelas da ISA CTEEP dos déficits nos subplanos BSPS e CV do PSAP/CTEEP, respectivamente. Os prazos de amortização foram estabelecidos em 15,75 anos (189 meses) para o déficit do subplano BPSP e 17,60 anos (212 meses) para o déficit do subplano CV.

Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelo atuário independente e possuem cláusulas variáveis com revisão anual em função dos ganhos e/ou perdas atuariais verificados ao final de cada exercício fiscal, não se constituindo em novos passivos ou de natureza financeira. As diferenças observadas entre o passivo atuarial registrado para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 110/2022 e os saldos destes contratos em 31 de dezembro de 2023 referem-se exclusivamente ao conjunto de premissas e à metodologia empregadas em cada apuração.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida ISA CTEEP – ISA CTEEP PREV

O ISA CTEEP PREV é um Plano do tipo Contribuição Definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 25 de janeiro de 2022, que passou a ser oferecido aos novos colaboradores da Companhia e àqueles que não puderam aderir ao PSAP/CTEEP em função da jôia de ingresso, a partir de 1º de fevereiro de 2022.

A contribuição básica de participante varia de acordo com o Salário Real de Benefício (SRC) com percentual máximo variando entre 4% até 9% do SRC. A contribuição básica de patrocinadora corresponde à 100% da contribuição básica de participante.

Todos os benefícios de renda mensal do Plano serão pagos na forma de renda calculada em quotas ou percentual, apurada a partir do saldo existente na Conta Total do Participante.

21 Reserva Global de Reversão - RGR

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$9.171 no passivo circulante e não circulante (R\$11.651 em 31 de dezembro de 2022), e refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão (RGR), relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, sobre o valor da reserva incide juros de 5%, com liquidação mensal. De acordo com o artigo 27 do Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017, as concessionárias do serviço público de energia elétrica deverão amortizar integralmente os débitos da RGR a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2026.

22 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram disponibilizadas em 20 de fevereiro de 2024.

O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico determina que a constituição das referidas reservas deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$5.000.000, sendo R\$1.957.386 em ações ordinárias e R\$3.042.614 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$3.590.020 e está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

	2023		2022	
	número de ações	R\$ mil	número de ações	R\$ mil
Ordinárias (ON)	257.937.732	1.405.410	257.937.732	1.405.410
Preferenciais (PN)	400.945.572	2.184.610	400.945.572	2.184.610
	658.883.304	3.590.020	658.883.304	3.590.020

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos correspondente a essa espécie de ações.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro líquido do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo, pagamento de dividendos atribuídos às ações preferenciais e ordinárias sendo o maior valor entre R\$218.461 e R\$140.541, respectivamente, e 25% do lucro líquido do exercício; (iii) do saldo, até 20% do lucro líquido para constituição da reserva estatutária.

Em 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício social de 2023, como segue:

Data RCA	Juros sobre o capital próprio		Pagamento
	Total	Por ação	
08.12.2023	1.452.233	2,204083	15.01.2024 e 10.04.2024

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos até 31 de dezembro de 2023 é de R\$597.757, sendo deliberações ocorridas em 2022. O montante de R\$1.247.850 registrado na rubrica juros sobre capital próprio e dividendos a pagar refere-se ao saldo a ser liquidado posteriormente.

Movimentação dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	2023	2022
Saldo Inicial	611.208	110.543
Juros sobre capital próprio deliberados	1.452.233	700.000
Retenção imposto de renda na fonte	(217.834)	(101.609)
Pagamentos	(597.757)	(97.726)
Saldo final	1.247.850	611.208

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Reservas de capital

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subvenções para investimento – CRC	78	78
Reserva Especial de Ágio na Incorporação	<u>588</u>	<u>588</u>
	<u>666</u>	<u>666</u>

(d) Reservas e Retenção de lucros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva legal (i)	718.004	718.004
Reserva estatutária (ii)	2.872.016	2.315.253
Retenção de lucros (iii)	<u>(1.474.105)</u>	<u>(1.601.247)</u>
	<u>2.115.915</u>	<u>1.432.010</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia alcançou o limite de constituição da reserva legal, não havendo novas constituições para o período findo em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Reserva estatutária

Nos termos do artigo 36, inciso IV, do Estatuto Social da Companhia do saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções da reserva legal e do dividendo obrigatório, até 20% do lucro líquido do exercício, serão destinados para a formação da reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar o valor do capital social. As finalidades da reserva estatutária são: (a) suportar investimentos para expansão das atividades da Companhia; (b) permitir a manutenção de capital de giro adequado; (c) permitir a criação de fundos necessários para o cumprimento de obrigações junto a terceiros, inclusive financiadores; e (d) proteger a Companhia contra potenciais contingências ou perdas advindas de riscos regulatórios. Caso a Administração entenda que as razões que justificaram a constituição da reserva estatutária não existam mais, poderá propor a sua reversão e realizar posterior distribuição do valor aos acionistas.

(iii) Retenção de lucros

Em relação aos saldos apresentados nas demonstrações financeiras societárias, a Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência. Os valores apresentados nesta Demonstração Contábil Regulatória são negativos em decorrência das diferenças de critérios existentes entre ambas as demonstrações, conforme demonstrado na Nota explicativa 32.

(e) Outros Resultados Abrangentes (ORA)

A Companhia reconhece em Outros Resultados Abrangentes a remensuração do passivo decorrente do déficit atuarial e os respectivos efeitos tributários apresentado em laudo elaborado por atuário independente. Em 31 de dezembro de 2023, apresenta o valor R\$183.800 líquido de impostos (R\$18.408 em 31 de dezembro de 2022). (nota 20).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Também estão classificados em Outros Resultados Abrangentes, os instrumentos derivativos de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa da controlada da Companhia e da controlada IERiacho Grande no valor de R\$23.772 líquido de impostos, onde a parte efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge accounting* é registrada no Patrimônio líquido.

(f) Reserva de reavaliação

- (i) O saldo residual do ativo imobilizado referente às instalações do RBSE, em 31 de dezembro de 2012, totalizava R\$1.490.996. O valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, para estes ativos é de R\$3.896.328 (nota 1.2). A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em 31 de dezembro de 2016, conforme Despacho ANEEL nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016, que prevê atualização do valor homologado pelo IPCA até a data base da homologação em dezembro de 2016. De acordo com o Despacho ANEEL nº 1.484 de 30 de maio de 2017, o laudo homologado passou de R\$3.896.328 para R\$4.094.440, o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente no exercício de 2017. Como demonstrado abaixo:

(=)	Laudo homologado	3.896.328
(+)	Complemento do Laudo	198.112
(=)	Laudo homologado	4.094.440
(-)	Estoque	(25.665)
(+)	Atualização IPCA até Dez/15	949.710
(-)	Depreciação e baixas jul/17 a dez/ 2023	<u>(1.850.199)</u>
(a)	Total	3.168.286
(b)	Saldo residual RBSE 31/12/2012	1.490.996
(a) – (b)	Total da reavaliação (*)	1.677.290
(c)	IR / CS diferidos	(495.739)
(=)	Total da reavaliação	1.181.551

- (ii) A Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Companhia, referente ao contrato de concessão 059/2001, foi homologada através da nota técnica nº 99/2020–SFF/ANEEL em 24 de junho de 2020, processo nº 48500.001343/2019-03, com efeitos retroativos a julho de 2018. De acordo com a Nota técnica o valor de reavaliação do laudo homologado foi de R\$2.357.772, sendo seus efeitos contabilizados em 2020. Como demonstrado abaixo:

(=)	Reavaliação do Laudo homologado	2.371.490
(+)	Obrigações especiais homologado	(13.718)
(=)	Reavaliação do Laudo homologado 2018	2.357.772
(-)	Depreciação laudo	(1.701.014)
(+)	Depreciação Obrigações especiais	<u>9.625</u>
(a)	Total	666.383
(-)	Depreciação e baixas set/20 - dez/23	(170.817)
(-)	IR / CS diferidos	(167.588)
(=)	Total da reavaliação	327.978

- (iii) As controladas Evrecy, Serra do Japi, IENNE, Pinheiros, IESUL, IEJaguar8 e IEJaguar9 possuem saldos de reavaliação de ativos que foram registrados com base em valores homologados por meio de resoluções homologatórias ANEEL e que refletem no patrimônio líquido da Companhia.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iv) A composição da reserva de reavaliação apresentada no patrimônio líquido é:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva de reavaliação CTEEP	1.509.529	1.715.731
Reserva de reavaliação - Controladas		
Evrecy	13.050	13.837
IESerra do Japi	19.469	20.284
IENNE	(12)	(12)
IEPinheiros	4.853	5.060
IESul	8.881	9.205
IEJaguar8	(905)	(923)
IEJaguar9	57.872	60.110
	<u>1.612.737</u>	<u>1.823.292</u>

(g) Lucro por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, neste caso a Companhia considerou ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

Conforme previsto na Instrução CVM nº 319, à medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização foram consideradas diluidoras para o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido – R\$ mil	1.942.286	936.925
Média ponderada de ações		
Ordinárias	257.937.732	257.937.732
Preferenciais	400.945.572	400.945.572
	<u>658.883.304</u>	<u>658.883.304</u>
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	257.956.900	257.957.698
Preferenciais	400.970.462	400.970.557
	<u>658.927.362</u>	<u>658.928.255</u>
Lucro básico por ação	<u>2,94785</u>	<u>1,42199</u>
Lucro diluído por ação	<u>2,94765</u>	<u>1,42189</u>

23 Receita operacional bruta, custos e despesas operacionais

23.1 Receita operacional bruta

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		
Rede básica	3.650.615	3.116.744
Demais Instalações de Transmissão – DIT	286.207	273.033
	<u>3.936.822</u>	<u>3.389.777</u>
Outras receitas		
Aluguéis	7.617	5.541
Prestação de Serviços	68.702	47.135
Outros	-	30
	<u>76.319</u>	<u>52.706</u>
	<u>4.013.141</u>	<u>3.442.483</u>

23.2 Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A revisão tarifária periódica para os contratos de concessão, como o 059/2001, de concessionárias consideradas existentes, acontece a cada 5 anos e compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da base de remuneração regulatória para RBNI e RBSE;
- dos custos operacionais eficientes;
- da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas;
- da aplicação do fator “x” (índice definido pela ANEEL no processo de revisão periódica que visa estimular a eficiência e capturar ganhos de produtividade para o consumidor).

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
059/2001	2.714	30.06.2020	01.07.2020
012/2016	3.050	01.07.2022	01.07.2022

23.2.1 Postergação da revisão tarifária periódica de 2023

A ANEEL, por meio do Despacho nº 402/2023, decidiu postergar a Revisão Tarifária Periódica para a totalidade do contrato 059/2001 e para os reforços e melhorias dos contratos licitados. O referido Despacho determina que a revisão tarifária irá ocorrer no ciclo tarifário 2024/2025.

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

23.3 Parcela Variável – PV, adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

23.4 Reajuste Anual da Receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Concessionária	índice	REH 3.067 (*)	RAP Ciclo 23/24						
			Inflação	Reforços Melhorias	RBSE(**)	Outros	REH 3.216	PA	Total
ISA CTEEP	IPCA	3.047.437	119.942	37.927	766.498	-	3.971.804	(91.618)	3.880.186

(*) RAP do ciclo 2022/2023 onde os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) positiva de R\$69.856.

(**) Recomposição integral do componente financeiro, após o reperfilamento previsto na REH 2.851.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total 2023 (*)	Total 2022 (*)
	RBSE	RBNI	Licitada	PA	RPC (**)	RCDM (**)	Licitada	PA		
059/2001	2.403.163	291.723	-	(50.041)	796.391	265.972	-	(34.442)	3.672.766	2.917.317
012/2016	-	-	214.555	(7.136)	-	-	-	-	207.419	199.976

(*) Considerados os valores relacionados a parcela de ajuste (PA).

(**) RPC representa o equivalente a “RBSE” e RCDM representa o equivalente ao “RBNI” para as DITs.

23.5 Custos e despesas operacionais

23.5.1 Pessoal e administradores

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	253.723	214.870
Encargos	78.143	60.744
Previdência privada - Corrente	3.966	3.866
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada	32.456	69.791
Despesas rescisórias	10.398	15.128
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	34.169	30.627
Outros benefícios – corrente	64.207	56.154
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(3.257)	(2.742)
(-) Apropriação de mão de obra	(82.089)	(59.125)
Outros	4.154	3.450
	<u>395.420</u>	<u>392.763</u>
Administradores		
Honorários e encargos	7.784	6.963
Benefícios dos administradores	1.209	1.576
	<u>8.993</u>	<u>8.539</u>
	<u>404.413</u>	<u>401.302</u>

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	128.720	71.491
Juros ativos	75	450
Variações monetárias	11.257	2.653
Outras	6.389	18.062
	<u>146.441</u>	<u>92.656</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(35.776)	(61.542)
Juros passivos	(566)	(692)
Encargos sobre notas promissórias	(192.567)	(172.513)
Encargos sobre debêntures	(532.004)	(417.664)
Variações monetárias	(257.230)	(297.488)
Outras	(14.505)	(17.235)
	<u>(1.032.648)</u>	<u>(967.134)</u>
	<u>(886.207)</u>	<u>(874.478)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

O imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totaliza R\$37.202 (R\$92.853 em 2022) que representa o valor efetivamente recolhido à Receita Federal no exercício de 2023.

A Companhia adota o regime de lucro real estimativa e realiza suas antecipações mensais com base na aplicação dos percentuais de presunção sobre a receita bruta.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos / (Passivos)	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Diferença entre a prática contábil regulatória e societária (*)	(570.612)	(566.009)
Impostos diferidos – Aquisição SF Energia (i)	(38.114)	(51.566)
Provisão valores a receber Secretaria da Fazenda	175.527	175.527
Demais diferenças temporárias	242.234	144.552
Reserva de reavaliação	(693.547)	(780.521)
Líquido	<u>(884.512)</u>	<u>(1.078.017)</u>
Ativo	<u>405.339</u>	<u>579.896</u>
Passivo	<u>(1.289.851)</u>	<u>(1.657.913)</u>

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(*) Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC 01 e CPC 47.

- (i) Valor originado da combinação de negócios na aquisição da SF Energia Participações. Os valores do imposto de renda e contribuição social referem-se ao ganho proveniente de compra vantajosa na aquisição das ações da PBTE pela SF Energia Participações ocorrida em 12 de abril de 2019, anterior a aquisição pela Companhia. A partir da incorporação da SF Energia pela Companhia este valor será amortizado pelo prazo de cinco anos.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias deverão ser realizados na proporção das demandas judiciais, contas a receber e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26 Transações com partes relacionadas

(a) Balanço

Partes relacionadas					Ativo	(Passivo)	2023	2022
	Dividendos	Sublocação, reembolso e Compartilhamento despesa (b)	Prestação de serviços (c)	Aplicações Financeiras Fundos de Investimento	Outros	Total	Total	
ISA Capital	(442.142)	20	32	-	-	(442.090)	(213.078)	
IEMG	-	210	491	-	-	701	435	
IEPinheiros	3.241	31	13	-	-	3.285	5.979	
IESerra do Japi	12.643	91	133	-	-	12.867	26.820	
Evrecy	-	207	769	-	-	976	2.507	
IENNE	15.720	229	303	-	-	16.252	559	
IEItaúnas	7.072	131	1.584	-	-	8.787	62	
IEItibagi	9.572	79	161	-	-	9.812	12.109	
IEItaquere	16.656	98	84	-	-	16.838	45.022	
IEItapura	5.126	66	1.767	-	-	6.959	297	
IEAguapei	14.076	142	348	-	-	14.566	26.046	
IESul	2.060	122	83	-	-	2.265	1.547	
IEGaranhuns	13.036	-	52	-	-	13.088	43	
IEMadeira	44.461	-	-	-	-	44.461	52.161	
IEBiguaçu	16.347	181	106	-	-	16.634	6.199	
Internexa Brasil	-	-	298	-	-	298	589	
Riacho Grande	-	48	208	-	-	256	101	
IEAimorés	9.642	-	-	-	-	9.642	15.987	
IEParaguaçu	14.397	-	-	-	-	14.397	19.583	
IEIvaí	23.201	723	1.621	-	-	25.545	1.159	
IEJaguar 6	2.706	40	257	-	-	3.003	512	
IEJaguar 8	2.662	137	50	-	-	2.849	-	
IEJaguar 9	20.687	50	111	-	-	20.848	13.897	
Eletrobras	(441.215)	-	-	-	(48.869)	(490.084)	(44.139)	
Bandeirantes	-	-	-	360.857	-	360.857	269.741	
Xavantes	-	-	-	770.924	-	770.924	584.523	
Assis	-	-	-	375.779	-	375.779	39.483	
Barra Bonita	-	-	-	18.648	-	18.648	13.579	
Total	(650.052)	2.605	8.471	1.526.208	(48.869)	838.363	881.723	

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Resultado

Partes relacionadas					Receita (Despesa)		2023	2022
	Benefícios de curto prazo (a)	Sublocação, reembolso e Compartilhamento despesa (b)	Prestação de serviços (c)	Aplicações Financeiras Fundos de Investimento	Outros	Total	Total	
Administração	(15.681)	-	-	-	-	(15.681)	(13.985)	
ISA Capital	-	45	381	-	-	426	425	
IEMG	-	541	6.156	-	-	6.697	3.919	
IEPinheiros	-	467	808	-	-	1.275	2.472	
IESerra do Japi	-	371	1.447	-	-	1.818	1.837	
Evrecy	-	584	2.363	-	-	2.947	4.235	
IENNE	-	906	3.262	-	-	4.168	4.515	
IEItaúnas	-	307	3.217	-	-	3.524	2.118	
IEItibagi	-	334	2.557	-	-	2.891	3.073	
IEItaquere	-	382	1.005	-	-	1.387	1.336	
IEtapura	-	267	2.714	-	-	2.981	1.976	
IEAguapei	-	543	5.183	-	-	5.726	4.408	
IESul	-	434	6.172	-	-	6.606	1.889	
IEGaranhuns	-	-	595	-	-	595	522	
IEBiguaçu	-	570	2.410	-	-	2.980	1.900	
Internexa Brasil	-	-	1.309	-	-	1.309	1.247	
Riacho Grande	-	151	1.397	-	-	1.548	887	
IEAimorés	-	-	-	-	-	-	50	
IEParaguaçu	-	-	-	-	-	-	99	
IEIvaí	-	2.940	11.318	-	-	14.258	1.285	
IEJaguar 6	-	76	697	-	-	773	-	
IEJaguar 8	-	302	500	-	-	802	-	
IEJaguar 9	-	95	662	-	-	757	-	
AISCE	-	-	-	-	(20)	(20)	(60)	
IABRATE	-	-	-	-	(475)	(475)	(10)	
Bandeirantes	-	-	-	35.751	-	35.751	35.782	
Xavantes	-	-	-	62.977	-	62.977	67.169	
Assis	-	-	-	12.713	-	12.713	9.191	
Barra Bonita	-	-	-	1.283	-	1.283	4.438	
Total	(15.681)	9.315	54.153	112.724	(495)	160.016	140.718	

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia apresenta o montante de R\$15.681 (R\$13.985 em 31 de dezembro de 2022).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

- (b) O contrato de sublocação compreende a área sublocada do edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

O contrato de compartilhamento de despesas com pessoal, implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados apenas entre a Companhia e suas controladas.

- (c) A Companhia mantém contratos de prestação de serviços: (i) ISA Capital - serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e de departamento pessoal; (ii) IEAguapei, IETibagi, IEItapura, IEItaquere, Evrecy, IEMG, IEItaúnas, IEPinheiros, IESerra do Japi, IENNE, IESul, IEBiguaçu, IEGaranhuns, IEIvaí, IEJaguar 6, IEJaguar 8 e IEJaguar 9 - prestação serviços de operação e manutenção de instalações; (iii) Internexa Brasil, controlada do Grupo ISA, há dois contratos de prestação de serviços sendo, cessão de direito de uso, à título oneroso, sobre o uso da infraestrutura de suporte necessária para a instalação de cabos de fibra ótica, serviços auxiliares e suas melhorias e compartilhamento de infraestrutura de tecnologia da informação. Adicionalmente, a Companhia contratou a prestação de serviços do link de internet de 10 Mbps com a Internexa Brasil; (iv) IEAguapei, IETibagi, IEItapura, IEItaquere, Evrecy, IEItaúnas, IEMG, IENNE, IESUL, IESerra do Japi, IEPinheiros, IERiacho Grande, IEBiguaçu, Ivaí, IEJaguar 6, IEJaguar 8 e IEJaguar 9 - serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

As transações realizadas entre partes relacionadas ocorrem em condições e prazos estabelecidos contratualmente entre as partes e são reconhecidas conforme os termos contratuais específicos, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos, quando aplicável. Não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

A Companhia possui Termos de Comodatos com as controladas IEItapura, IEPinheiros e IENNE e controlada em conjunto IEMadeira, com a finalidade de formalizar empréstimos de equipamentos e materiais que as empresas não possuíam em estoque de prontidão.

A Companhia celebrou um Acordo de Cooperação não oneroso para a Gestão de Compras com a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P, com objetivo de gerar maior sinergia e eficiência na gestão do processo de cotação e negociação para compras do Grupo ISA.

Adicionalmente, a Companhia contribui como uma associada mantenedora na Associação de Intercâmbio Sociocultural e Empresarial Brasil – Colômbia (AISCE) que tem por objetivo ser a maior plataforma de relacionamento bilateral entre o Brasil e a Colômbia, fomentando os investimentos sociais, a cultura, e o comércio bilateral.

A Companhia, como patrocinadora, celebrou um Termo de Cooperação com o Instituto Abrate de Energia (IABRATE) para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE).

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	204.012	327.065
Aplicações financeiras	2	1.019.348	462.256
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.615	-
Caixa restrito	2	8.094	16.443
<u>Custo amortizado</u>			
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	381.915	424.573
Não circulante	-	365.198	425.237
Valores a receber – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	-	2.371.307	2.175.500
Créditos com partes relacionadas	-	244.381	231.655
Cauções e depósitos vinculados	-	42.672	41.271
Outras – Contas a receber	-	57.546	58.750
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Circulante	-	631.448	152.412
Não circulante	-	8.501.010	7.710.381
Arrendamento			
Circulante	-	5.978	13.777
Não circulante	-	20.500	40.836
Fornecedores	-	147.934	88.350
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	1.247.850	611.208

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

A Companhia celebrou nos meses de julho e setembro de 2023, com o Citibank, contratos de *hedge* na modalidade Termo de Mercadorias (NDF), no qual a empresa fixou o preço do Alumínio em reais, com o *notional total* de R\$566.807. As operações têm como objetivo proteger da oscilação de preço do Alumínio, que serão empregados nos lotes 1 e 7 ganhos no leilão 001/2023.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento destes riscos, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotados pela Companhia, conforme a seguir:

									31.12.2023
Empresa	Instrumento	Objeto da proteção	Natureza	Contra parte	Contratação	Vencimento último fluxo	Moeda	Notional	Valor justo ajuste (BRL)
CTEEP	<i>Non Deliverable Forward - NDF</i>	Alumínio BRL	Compra	Citibank	jul/23	mai/26	BRL	232.501	8.145
CTEEP	<i>Non Deliverable Forward - NDF</i>	Alumínio BRL	Compra	Citibank	set/23	ago/27	BRL	334.306	(5.530)

(b) Financiamentos

• Endividamento

O endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2023	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Circulante	631.448	152.412
Não circulante	8.501.010	7.710.381
Arrendamento		
Circulante	5.978	13.777
Não circulante	20.500	40.836
Dívida total	9.158.936	7.917.406
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.223.360	789.321
Dívida líquida	7.935.576	7.128.085
Patrimônio líquido	7.111.766	6.824.612

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento (nota 14). A Companhia atende aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos, considerando os instrumentos financeiros aplicáveis, e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – A Companhia e suas controladas mantêm contratos com o ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 23.2).

(iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (nota 14). Adicionalmente, a Administração da Companhia acompanha a valorização do ativo atuarial do plano de pensão vinculada a taxa de juros que é determinada com base nos dados de mercado para os retornos das NTN-B.

(iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira, mas tem operações de aquisição de cabos, bem como prestação de serviços necessários à sua implantação, na controlada Riacho Grande com desembolsos de caixa futuro em dólar, para os quais tem contratado instrumento derivativo de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa.

(v) **Risco de captação** – A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia e suas controladas poderiam então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia e suas controladas, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(vi) **Risco de garantia** – Os principais riscos de garantia são:

- Gerenciamento dos riscos associados à veiculação de benefícios de aposentadoria e assistência médica via Vivest (antiga Funcesp), entidade fechada de previdência complementar, por meio de sua representação nos órgãos de administração.
- Participação na qualidade de interveniente garantidora, no limite de sua participação, às controladas e controladas em conjunto, em seus contratos de financiamento (nota 14).

(vii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia e suas controladas são provenientes de:

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu plano de crescimento futuro. A Companhia faz gestão de temas e alterações nas normas Regulatórias que tragam eventuais impactos no cronograma e valores de recebíveis.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

						2023	2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	124.680	4.971	18.283	-	1.186	149.120	89.370
Empréstimos e financiamentos	7.693	14.438	38.502	351.066	190.189	601.888	1.968.725
Debêntures	-	478.792	92.023	6.189.593	1.770.162	8.530.570	5.894.068
Arrendamento	858	2.572	2.548	20.500	-	26.478	54.613
	<u>133.231</u>	<u>500.773</u>	<u>151.356</u>	<u>6.561.159</u>	<u>1.961.537</u>	<u>9.308.056</u>	<u>8.006.776</u>

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/12/22 a 01/06/24	2.760.617	9.100
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000	132
Transportes Nacionais (c)	19/12/23 a 19/12/24	431.582	35
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	30/04/23 a 30/04/24	92.348	5
Automóveis (e)	19/12/23 a 19/12/24	Valor de mercado	217
Garantia judicial (f)	08/08/19 a 16/08/28	1.013.815	6.293
			<u>15.782</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.
- (f) **Garantia Judicial** – substituição de cauções e/ou depósitos judiciais efetuados junto ao Poder Judiciário.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido, pela Lei Estadual 4.819/58, dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplicando-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Como previa, também, a responsabilidade do Estado pelo custeio integral destes benefícios.

Em 1996, em promulgação da Lei nº 9.361/96 e também do Decreto nº 42.698/97, fica determinado que a folha de pagamento de complementação de aposentadoria e pensão da Lei nº 4.819/58 deve ser processada pelo Estado através do Departamento de Despesa Pessoal do Estado – DDPE, através de dotação orçamentária, reiterando a responsabilidade do Estado.

De 10 de dezembro de 1999 até dezembro de 2003, através do convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) e a CTEEP, os pagamentos destes encargos foram realizados pela Vivest (Fundação CESP). Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Vivest (Fundação CESP), mediante recursos da SEFAZ-SP, repassados por meio da CESP e posteriormente da Companhia.

Com o término do Convênio em 2003, e a vigência do Decreto nº 42.698/87, a SEFAZ-SP reassumiu a partir de 1º de janeiro de 2004 o processamento e pagamento da folha de complementação de aposentadoria e pensão da Lei nº 4.819/58, processando diretamente os pagamentos dos benefícios, sem a interveniência da CTEEP e da Vivest (Fundação CESP), e passando a observar os critérios do funcionalismo público para pagamento dos benefícios, o que resultou em pagamento de montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003, deixando de pagar verbas até então por ele reconhecidas.

Desde 2005, quando a AAFC obteve decisão judicial para que retornasse a metodologia praticada até dezembro de 2003, a SEFAZ-SP vem repassando à Companhia, valor inferior ao necessário para a quitação das verbas pagas aos aposentados.

No período de janeiro de 2005 a dezembro de 2023, a Companhia repassou à Vivest (Fundação CESP), o valor total de R\$6.901.229 pelo pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R\$4.333.324 para a mesma finalidade. A diferença entre os valores repassados à Vivest (Fundação CESP) e ressarcidos pela SEFAZ-SP (Processamento da folha de pagamento), juntamente com os valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade da SEFAZ-SP (Processos trabalhistas), estão sendo registrados na rubrica Valores a Receber - Secretaria da Fazenda.

Processos trabalhistas – Lei 4.819/58

As ações trabalhistas relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, estão sendo quitadas pela CTEEP por força de ato judicial, e então registradas como contas a receber da Secretaria da Fazenda.

Adicionalmente, a Companhia também discute o tema em 736 ações judiciais individuais e plúrimas com valor total envolvido da ordem de R\$545.213 e caso seja condenada, segundo análise da própria Companhia e de seus consultores externos, eventuais valores pagos serão futuramente cobrados da Fazenda Pública do Estado de São Paulo.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Perdas esperadas sobre realização de créditos - SEFAZ

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia reconheceu uma perda estimada no montante de R\$516.255, que teve como fatores determinantes o alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais, ocorridos naquele período. Apesar dos desdobramentos ocorridos posteriormente ao reconhecimento da referida provisão, a Companhia ainda considera adequado o valor provisionado, não tendo havido, até 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos relevantes que indicassem a necessidade de alteração da perda esperada (impairment).

(a) Ação Civil Pública em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública

A alteração na forma de pagamento pela SEFAZ gerou as demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública. Com a decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido, permitindo o processamento da folha e pagamentos das aposentadorias e pensões da Lei nº 4.819/58 pela SEFAZ-SP, a Associação dos Aposentados da Funcesp – AAFC, que representa os aposentados e pensionistas, interpôs recurso de apelação contra a decisão e insurgiu-se contra a competência da Justiça Comum. Em 24 de novembro de 2015, transitou em julgado a decisão do STF que estabeleceu a competência da Justiça Comum para a discussão desta ação.

Assim, em 27 de junho de 2016, foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso de Apelação da AAFC esclarecendo que a liminar, obtida na justiça trabalhista (vide item “b” abaixo) deveria ser mantida até o julgamento do mérito do recurso.

A partir do mês de junho de 2016, a Ação Civil Pública passou a tramitar em conjunto com a Ação Coletiva, cujo andamento segue reportado no item (b.(i)) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

(b) Ação Coletiva em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública/SP (antiga Reclamação Trabalhista que tramitou na 49ª Vara do Trabalho)

Trata-se de ação coletiva distribuída, pela AAFC simultaneamente à sentença da Ação Civil Pública acima, desta vez, entretanto, perante a Justiça do Trabalho em caso individual que já possuía tutela antecipada. Em 11 de julho de 2005, foi deferida a concessão de tutela antecipada para que a Vivest (Fundação CESP) voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, figurando a Companhia como intermediária entre SEFAZ-SP e Vivest (Fundação CESP).

Atualmente a Ação Civil Pública e a presente Ação Coletiva tramitam apensadas na Justiça Comum por força de decisão obtida pela Companhia em conflito de competência perante o STF.

Por força da decisão do Conflito de Competência mencionado acima, a Ação Coletiva foi recebida na 2ª Vara da Fazenda Pública em 20 de maio de 2016 e, no dia 30 de maio de 2016, foi proferida sentença cassando a liminar que obrigava a Companhia no pagamento das parcelas mensais, extinguindo-se os pedidos inerentes ao processamento da folha e, julgando improcedente o pedido de ressarcimento de eventuais diferenças devidas aos aposentados e pensionistas da Lei 4.819/58.

A partir do mês de junho de 2016, a Ação Coletiva passou a tramitar em conjunto com a Ação Civil Pública, cujo andamento segue reportado no item (b.1) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

(i) Andamento da Ação Civil Pública e Ação Coletiva (itens a e b)

O TJ/SP, em julgamento realizado em 2 de agosto de 2017, por decisão unânime confirmou a sentença de improcedência, condenou a AAFC por litigância de má fé e revogou a liminar.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Cumprindo a decisão unânime acima, a SEFAZ enviou ofício em 8 de agosto de 2017, para a Companhia informando a assunção da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas da Lei 4.819/58 a partir do mesmo mês. A AAFC interpôs Recursos contra a decisão unânime do TJ/SP, sendo um recurso especial para o STJ e um recurso extraordinário para o STF, ambos com pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão unânime do TJ/SP.

O TJ/SP, em 18 de outubro de 2017 e, o STJ, em 31 de outubro de 2017, negaram a liminar pleiteada pela AAFC. Contudo, o STF concedeu a liminar suspendendo os efeitos do acórdão proferido pelo TJ/SP e mandando que as requeridas procedam como faziam antes do julgamento do tema pelo TJ/SP e até que o STF analise o mérito da questão.

Em razão da liminar, a SEFAZ determinou o processamento da folha pela Vivest (Fundação CESP) a partir de dezembro de 2017.

Em abril de 2020 o STJ não conheceu os Recursos Especiais da AAFC, que apresentou novo recurso. A Ministra Relatora do STJ reconheceu a necessidade do STF analisar a discussão judicial antes do STJ para evitar decisões conflitantes e determinou a remessa imediata do processo para o STF julgar os Recursos Extraordinários da AAFC.

Em 26 de dezembro de 2020, foi proferida decisão monocrática pelo Ministro Relator do STF na Ação Civil Pública confirmando a liminar, publicada em 08 de janeiro de 2021, contra a qual a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

Em 13 de setembro de 2021, o STF proferiu na Ação Coletiva decisão monocrática desfavorável à Companhia, nos mesmos moldes da decisão proferida em 26 de dezembro de 2020 na Ação Civil Pública, contra a qual a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

(c) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à Companhia, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho, citada no item “(b)” acima.

Em dezembro de 2010, a Companhia ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP, visando reaver os valores não recebidos. Em maio de 2013, houve decisão no sentido de extinguir o processo sem analisar seu mérito, o que foi mantido pelo TJ/SP em julgamento de dezembro de 2014.

A Companhia apresentou recurso e, em 31 de agosto de 2015, o TJ/SP deu provimento ao recurso da Companhia e condenou a SEFAZ-SP a efetuar os repasses da complementação de aposentadoria e pensão nos termos dos ajustes firmados com a Companhia e das leis de regência, com exceção das verbas glosadas.

Pretendendo que as verbas glosadas sejam incorporadas à decisão, a Companhia apresentou novo recurso para esclarecimentos, o que foi acolhido pelo TJ/SP em julgamento de 1 de fevereiro de 2016, que manteve a decisão de 31 de agosto de 2015 e determinou a aferição, na fase de acerto, dos valores pendentes de repasse pela SEFAZ-SP.

A SEFAZ-SP, em 7 de março de 2016, apresentou recurso que foi rejeitado em julgamento ocorrido em 4 de julho de 2016, mantendo-se a condenação da SEFAZ-SP que apresentou novo recurso especial também rejeitado pelo TJ/SP em 5 de junho de 2017.

Após o Recurso Especial não ser admitido pelo Tribunal de Justiça/SP a SEFAZ apresentou novo recurso que aguarda análise pelo STJ.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em agosto de 2018, a Companhia obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março de 2019, o STJ, em decisão liminar e monocrática suspendeu os efeitos da decisão que proibia a SEFAZ de efetuar descontos no repasse à Companhia, que voltou a receber o repasse com as glosas e a complementar o valor do pagamento desde abril de 2019. O recurso foi incluído na pauta de julgamento do dia 03 de setembro de 2019, contudo foi adiado sem data designada. As demais movimentações processuais ocorridas não envolviam ou alteraram o mérito da decisão vigente.

Posicionamento CTEEP

A Companhia continua empenhada em obter decisão judicial definitiva que mantenha o procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela SEFAZ-SP e reitera o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores jurídicos externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da SEFAZ-SP e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os seus interesses.

A administração da Companhia vem monitorando os andamentos e desdobramentos relacionados à parte jurídica do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis regulatórias.

30 Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

Demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Arrendamentos	186	67.650
Instrumentos financeiros derivativos	(20.890)	(30.206)
Impostos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos	88	381
Juros sobre o Capital Próprio	1.234.398	595.000
Dividendos a receber	233.305	213.452
Impostos retidos sobre Juros sobre Capital Próprio	-	105.000
Benefício pós emprego	(250.598)	373.380
Impostos diferidos sobre benefício pós emprego	85.204	(126.950)
Reserva de reavaliação	(210.555)	(72.623)

31 Eventos subsequentes

(a) Contingências – Tributárias – Amortização do ágio

O processo decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) referente à operação de ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Companhia, competência 2013 (nota 19 (b) (ii)), teve decisão parcialmente favorável à Companhia no primeiro julgamento. Foi apresentado recurso, julgado em 07 de novembro de 2023 com decisão totalmente favorável para a Companhia. Com a publicação da decisão em fevereiro de 2024 o prognóstico foi alterado de Possível para Remoto no valor de R\$90.576.

(b) Liquidação de Debêntures

Em fevereiro de 2024, a Companhia liquidou a 5ª emissão de debêntures simples no valor de R\$444.633.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Obtenção de Licença Definitiva

Em 8 de março de 2024, a Interligação Elétrica Itaúnas S.A. obteve o Termo de Liberação Definitivo (“TLD”) com direito ao recebimento da totalidade da RAP. Em 2023, o projeto adquiriu o Termo de Liberação Provisório (“TLP”) junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) que fazia jus ao recebimento de 90% do total da Receita Anual Permitida (“RAP”).

(d) Emissão de Debêntures

Em 28 de março de 2024, a Companhia realizou o processo de captação de recursos através da 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$1.327.399.

32 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Normas Internacionais de Contabilidade IFRS para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	204.012	-	204.012	327.065	-	327.065
Aplicações financeiras	1.019.348	-	1.019.348	462.256	-	462.256
Caixa restrito	6.657	-	6.657	2.126	-	2.126
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	381.915	(381.915)	-	424.573	(424.573)	-
Ativo da concessão	-	2.838.526	2.838.526	-	2.536.251	2.536.251
Estoques	20.763	128.366	149.129	18.427	58.425	76.852
Tributos e contribuições a compensar	265.751	-	265.751	111.932	-	111.932
Despesas pagas antecipadamente	11.265	-	11.265	6.254	-	6.254
Créditos com partes relacionadas	244.381	-	244.381	222.955	-	222.955
Outros	209.259	64.643	273.902	96.018	(4.332)	91.686
	2.363.351	2.649.620	5.012.971	1.671.606	2.165.771	3.837.377
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Caixa restrito	1.437	-	1.437	14.317	-	14.317
Contas a receber- Concessionárias e Permissionárias	365.198	(365.198)	-	425.237	(425.237)	-
Ativo da concessão	-	16.843.840	16.843.840	-	15.579.159	15.579.159
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.371.307	-	2.371.307	2.175.500	-	2.175.500
Cauções e depósitos vinculados	42.672	-	42.672	41.271	-	41.271
Estoques	-	103.278	103.278	-	34.374	34.374
Instrumentos financeiros derivativos	2.615	-	2.615	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	-	-	8.700	-	8.700
Outros	108.175	31.162	139.337	61.733	-	61.733
	2.891.404	16.613.082	19.504.486	2.726.758	15.188.296	17.915.054

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário
Continuação						
Investimentos	5.615.665	4.046.453	9.662.118	5.137.989	3.732.715	8.870.704
Imobilizado	7.550.023	(7.433.530)	116.493	6.452.457	(6.340.129)	112.328
Intangível	1.620.610	(1.097.130)	523.480	1.662.872	(1.123.460)	539.412
	14.786.298	(4.484.207)	10.302.091	13.253.318	(3.730.874)	9.522.444
Total do ativo	20.041.053	14.778.495	34.819.548	17.651.682	13.623.193	31.274.875
	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	147.934	-	147.934	88.350	-	88.350
Empréstimos, financiamentos e debêntures	631.448	-	631.448	152.412	-	152.412
Arrendamento	5.978	-	5.978	13.777	-	13.777
Tributos e encargos sociais a recolher	96.073	(18)	96.055	185.829	36	185.865
Encargos regulatórios a recolher	49.035	2.480	51.515	59.858	2.480	62.338
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.247.850	-	1.247.850	611.208	-	611.208
Obrigações sociais e trabalhistas	63.940	-	63.940	53.810	-	53.810
Valores a pagar - Vivest	731	-	731	823	-	823
Reserva Global de Reversão - RGR	2.480	(2.480)	-	2.480	(2.480)	-
Outros	59.861	3	59.864	38.255	(1)	38.254
	2.305.330	(15)	2.305.315	1.206.802	35	1.206.837

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário
continuação						
Passivo não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.501.010	-	8.501.010	7.710.381	-	7.710.381
Arrendamento	20.500	-	20.500	40.836	-	40.836
Benefício a Empregados - Déficit Atuarial	401.059	-	401.059	153.836	-	153.836
Provisões	101.052	4.852	105.904	113.007	5.141	118.148
Encargos regulatórios a recolher	27.232	6.691	33.923	16.819	9.171	25.990
PIS COFINS diferidos	32.713	1.775.183	1.807.896	46.613	1.597.007	1.643.620
Imposto de renda e contribuição social diferidos	884.512	3.362.195	4.246.707	1.078.017	3.106.402	4.184.419
Reserva Global de Reversão - RGR	6.691	(6.691)	-	9.171	(9.171)	-
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	632.094	(632.094)	-	449.062	(449.062)	-
Outros	17.094	-	17.094	2.526	10.830	13.356
	10.623.957	4.510.136	15.134.093	9.620.268	4.270.318	13.890.586
Total do passivo	12.929.287	4.510.121	17.439.408	10.827.070	4.270.353	15.097.423
Patrimônio líquido						
Capital social	3.590.020	-	3.590.020	3.590.020	-	3.590.020
Reservas de capital	666	-	666	666	-	666
Reserva de reavaliação	1.612.737	(1.612.737)	-	1.823.292	(1.823.292)	-
Reservas e Retenção de lucros	2.115.915	11.881.111	13.997.026	1.432.010	11.176.132	12.608.142
Outros resultados abrangentes	(207.572)	-	(207.572)	(21.376)	-	(21.376)
Total do patrimônio líquido	7.111.766	10.268.374	17.380.140	6.824.612	9.352.840	16.177.452
Total do passivo e do patrimônio líquido	20.041.053	14.778.495	34.819.548	17.651.682	13.623.193	31.274.875

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Demonstrações dos resultados	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	3.936.822	1.863.688	5.800.510	3.389.777	1.391.570	4.781.347
Outras receitas	76.319	-	76.319	52.706	-	52.706
	4.013.141	1.863.688	5.876.829	3.442.483	1.391.570	4.834.053
Tributos						
PIS	(66.777)	(31.773)	(98.550)	(56.657)	(21.752)	(78.409)
COFINS	(307.579)	(146.348)	(453.927)	(260.964)	(100.193)	(361.157)
ICMS	-	-	-	-	-	-
ISSQN	(3.620)	-	(3.620)	(2.241)	-	(2.241)
	(377.976)	(178.121)	(556.097)	(319.862)	(121.945)	(441.807)
Encargos						
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(115.612)	-	(115.612)	(212.395)	-	(212.395)
Reserva Global de Reversão - RGR	548	-	548	-	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(12.486)	-	(12.486)	(11.046)	-	(11.046)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(33.821)	-	(33.821)	(27.666)	-	(27.666)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(25.657)	-	(25.657)	(55.186)	-	(55.186)
	(187.028)	-	(187.028)	(306.293)	-	(306.293)
Receita líquida	3.448.137	1.685.567	5.133.704	2.816.328	1.269.625	4.085.953
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas	-	-	-	-	(9.157)	(9.157)

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário	Regulatório	Ajustes/ Reclassificação	Societário
continuação						
Custos e despesas						
Pessoal	(404.413)	(57.645)	(462.058)	(401.302)	(42.007)	(443.309)
Material	(23.082)	(753.504)	(776.586)	(22.182)	(530.840)	(553.022)
Serviços de terceiros	(195.555)	(629.614)	(825.169)	(168.549)	(255.980)	(424.529)
Provisões para demandas judiciais	(7.632)	(3.521)	(11.153)	(9.655)	(684)	(10.339)
Depreciação e amortização	(564.086)	539.755	(24.331)	(565.789)	538.948	(26.841)
Seguros	(10.396)	-	(10.396)	(7.559)	-	(7.559)
Doações, contribuições e subvenções	(451)	-	(451)	(65)	-	(65)
Arrendamento e aluguéis	(5.583)	-	(5.583)	(4.831)	-	(4.831)
Tributos	(45.138)	-	(45.138)	(38.568)	-	(38.568)
Outras receitas operacionais	35.239	5.752	40.991	18.625	8.685	27.310
Outras despesas operacionais	(147.012)	93.403	(53.609)	(51.677)	12.946	(38.731)
Gastos diversos	(23.631)	(39.005)	(62.636)	(22.276)	(45.970)	(68.246)
	<u>(1.391.740)</u>	<u>(844.379)</u>	<u>(2.236.119)</u>	<u>(1.273.828)</u>	<u>(314.902)</u>	<u>(1.588.730)</u>
Resultado da atividade	<u>2.056.397</u>	<u>841.188</u>	<u>2.897.585</u>	<u>1.542.500</u>	<u>945.566</u>	<u>2.488.066</u>
Equivalência patrimonial	<u>700.385</u>	<u>313.738</u>	<u>1.014.123</u>	<u>396.048</u>	<u>558.287</u>	<u>954.335</u>
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	146.441	-	146.441	92.656	-	92.656
Despesas financeiras	(1.032.648)	(302)	(1.032.950)	(967.134)	1.332	(965.802)
	<u>(886.207)</u>	<u>(302)</u>	<u>(886.509)</u>	<u>(874.478)</u>	<u>1.332</u>	<u>(873.146)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	<u>1.870.575</u>	<u>1.154.624</u>	<u>3.025.199</u>	<u>1.064.070</u>	<u>1.505.185</u>	<u>2.569.255</u>
Despesas com impostos	<u>71.711</u>	<u>(255.793)</u>	<u>(184.082)</u>	<u>(127.145)</u>	<u>(179.865)</u>	<u>(307.010)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>1.942.286</u>	<u>898.831</u>	<u>2.841.117</u>	<u>936.925</u>	<u>1.325.320</u>	<u>2.262.245</u>

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

32.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção e Ativo da Lei nº 12.783 – SE, classificados em:

(a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 5 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

32.2 Investimentos

Ajustes de equivalência patrimonial decorrentes do reconhecimento dos contratos de concessão conforme CPC 47, bem como do imposto de renda e contribuição social diferido pelas controladas da Companhia.

32.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01 (R1) e CPC 47.

32.4 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

32.5 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	17.380.140	16.177.452
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(19.682.366)	(18.115.410)
Investimentos (CPC 47)	(4.046.453)	(3.732.715)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	8.530.660	7.463.589
Obrigações especiais (CPC 47)	(632.094)	(449.062)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	3.362.195	3.106.402
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	1.775.183	1.597.007
Outros (CPC 47)	424.501	777.349
Patrimônio líquido regulatório	7.111.766	6.824.612

32.6 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro societário do exercício	2.841.117	2.262.245
Receita bruta (CPC 47)	(1.863.688)	(1.391.570)
Tributos e encargos – Pis e Cofins (CPC 47)	178.121	121.945
Depreciação e amortização (CPC 47)	(539.755)	(538.948)
Custos operacionais (CPC 47)	1.384.134	853.850
Revisão tarifária periódica	-	9.157
Equivalência patrimonial (CPC 47)	(313.738)	(558.287)
Resultado financeiro	302	(1.332)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	255.793	179.865
Lucro regulatório do exercício	1.942.286	936.925

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Cteep – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cteep – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Lei 4.819/58

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às Informações data base, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrado contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$2.371.307 mil líquidos, relativos aos impactos da Lei 4.819/58, que concedeu aos empregados servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo, benefícios de complementação de aposentadoria e pensão já concedidos aos demais servidores públicos. A Administração da Companhia vem monitorando os novos fatos relacionados ao assunto, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, sem ressalvas, separado, com data de 20 de Fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

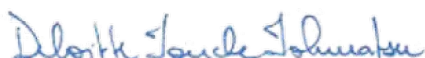
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5